

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

ATA Nº 067

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Bom-dia a todos e a todas.

Nós nos preparamos, neste momento, nesta manhã, de 25 de novembro de 2005, ao vivo, pela TV Assembléia, canal 36, para iniciarmos a nossa Audiência Pública.

Esta Audiência Pública foi requerida por mim, como Deputada Estadual da Assembléia Legislativa.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaramos aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais do Estado de Mato Grosso.

No dia 25 de novembro do presente ano está sendo realizada a 1ª Marcha Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Mato Grosso, com o propósito de apresentar medidas em defesa da reforma agrária, do meio ambiente, do fortalecimento da agricultura familiar, da saúde e educação no campo, pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários contra a violência sexista e todas as formas de discriminação de violência no campo, e, ainda, pela sindicalização, participação e fortalecimento do movimento sindical das trabalhadoras rurais. Então, ante a importância política de tal Audiência Pública, esta Casa não poderia ficar inerte.

Neste momento, gostaríamos de convidar para compor a Mesa as autoridades que estarão aqui ouvindo as reivindicações a serem apresentadas e, em seguida, terão um tempo para responder, e nós avançarmos essa defesa.

Então, gostaríamos de convidar, neste momento, o Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores, Deputado Carlos Abicalil; o Sr. Aréssio Paquer; o Sr. Gilson Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Agricultura Familiar, neste ato representando o Secretário de Desenvolvimento Rural, Sr. Cloves Vettorato; Srª Tereza Rios Pedroso, Secretária da Mulher da Federação dos Trabalhadores da Agricultura; Srª Tânia Regina de Matos, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Estado de Mato Grosso; Srª Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM da UFMT; Srª Carmem Helena Ferreira, Coordenadora Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG; Sr. Olímpio Vasconcelos, Gerente de Agronegócio da Superintendência Estadual do Banco do Brasil; Sr. Sávio Moreira, Assessor Especial, neste ato representando o Sr. Leonel Wolfhart, Superintendente do INCRA; Srª Sandra Helena Martini, Secretária Adjunta da Diretoria de Assentamento do INTERMAT, neste ato representando o Sr. Jair Mariano, Presidente do INTERMAT; Srª Maria Aparecida Cortês, Vice-Presidente do SINTEP e Secretária de Políticas Sociais da CUT; Srª Dolores Schussel, Superintendente de Ensino e Currículo da Secretaria de Educação; e Srª Maria Helena, representando a Secretaria Estadual de Saúde, que vai falar sobre a questão da saúde da mulher.

Convido todos e todas para, em pé, ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós gostaríamos, neste momento, ainda de registrar a honrosa presença das seguintes pessoas que compareceram nesta Audiência Pública: Aline Regina, da Secretaria Estadual de Saúde; Vandriane Moraes, servidora da Secretaria Estadual de Saúde; Iara Ferreira, da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais; Seris de Moraes, técnica da SEDUC; Ivone Boaventura, psicóloga da Secretaria Municipal de Educação.

Caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, as pessoas que aqui usarão da palavra, poderá fazer com a prévia inscrição junto ao nosso Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá três minutos para a resposta.

Então, por favor, aqueles e aquelas que queiram depois se manifestar já podem se inscrever.

Neste momento, abrindo esta Audiência, nós vamos passar a palavra por dez minutos para as mulheres que aqui belamente hoje estão presentes na nossa Assembléia Legislativa, ocupando o espaço que é do povo, bonitas, como margaridas, altivas, presentes, reivindicando, apresentando realmente toda a sua luta pela terra no Mato Grosso.

Gostaria muito de agradecer a todas vocês, a todos vocês homens solidários que se fazem presentes, as mulheres que trazem seus filhos também para esta nossa Audiência Pública.

Neste momento, nós temos também duas Audiências ocorrendo paralelamente. Muitos Parlamentares não estão aqui, estão em outros lugares. Nós estamos com uma pauta em Porto Esperidião, tratando da área de fronteira, também é uma questão de terra, e na Gleba Gama, que também é uma área de conflito, que neste momento está lá em Nova Guarita fazendo uma Audiência com o ouvidor do INCRA, Sr. Justino.

Então, por isso, vejam que é algo que faz parte da vida, do dia-a-dia do nosso Estado, a questão da terra, os conflitos, as buscas por soluções e esperamos também que essas audiências avancem para resolutividade. Por isso eu gostaria de justificar algumas ausências, mas esperamos que aqueles Parlamentares que não se encontram nessas duas audiências possam ainda vir para este plenário e ouvir as mulheres que aqui se encontram presentes.

Então, nós vamos abrir neste momento, dez minutos para a Sr^a Tereza Rios Pedroso, que é da Secretaria da Mulher, da Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura para utilizar a tribuna a nossa direita. Você dispõe de dez minutos, Tereza.

Então, palmas para Tereza, para CONTAG, para FETAGRI, que faz essa bela audiência, que traz as mulheres nesse dia 25 de novembro, que é uma luta internacional contra a violência que as mulheres, infelizmente, ainda estão sendo atingidas. Não só a violência física, mas, muitas vezes, a violência moral e a violência da falta de políticas públicas a elas.

Hoje, com prazer, as recebemos neste plenário para também fazermos a nossa marca nessa data, nessa luta que não é só do Brasil, mas é do mundo.

Com a palavra, Tereza Rios Pedroso.

A SR^a TEREZA RIOS PEDROSO - Bom-dia a todas as mulheres trabalhadoras rurais que estão aqui e aos companheiros do movimento sindical e de outros que estão nos fortalecendo nessa marcha.

Quero, em primeiro lugar, agradecer à Deputada Verinha Araújo por ter nos atendido nesta audiência pública. E, como meu tempo é um pouco curto, eu gostaria de passar para a pauta e agradecer a todos que estão a Mesa, a Deputada, a nossa Coordenadora Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, enfim, nossos Diretores e Diretoras da FETAGRI.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Nós mulheres trabalhadoras rurais do Estado de Mato Grosso estamos aqui hoje conclamando a esta Casa para que possa de fato olhar a nossa pauta de reivindicação. E, dentro dessa pauta de reivindicação, nós queremos o fortalecimento da agricultura familiar, estamos discutindo a situação das mulheres no campo e estamos também, neste contexto, querendo discutir a questão da reforma agrária deste Estado.

Dentro dessa pauta nós não podemos esquecer quando nos deparamos com um Estado que aponta, em nível mundial, como um dos maiores produtores de grãos. Podemos ver nas estatísticas anuárias, nas estatísticas do IBGE, que a população do Estado de Mato Grosso tem um grande número, principalmente na área rural, de pessoas sem renda. E, nesse contexto, estão as mulheres trabalhadoras rurais como foco.

Hoje, neste dia de combate a não-violência contra a mulher, nós precisamos fazer esse olhar. Esse olhar precisa ser visto, porque desenvolvimento não passa só por números econômicos, mas um desenvolvimento social em que essa distribuição de renda possa acontecer de fato.

Não é possível assistirmos os noticiários e ver essas desigualdades acontecer em nosso Estado.

Nós precisamos de fato, e esta Casa, Deputada Verinha Araújo, precisa ter esse olhar...

Se tiver alguém aqui que já abriu o anuário, o último anuário do Estado de Mato Grosso, vai ver que na área rural, no contexto do Estado de Mato Grosso, para vocês terem uma idéia, em que nós temos mil trinta nove creches de pré-alfabetização e sala de pré-alfabetização, num Estado tão grande e que não aponta onde estão essas creches e essas salas de alfabetização. Nós podemos ver - e as mulheres e as companheiras que estão aqui podem ver - que na área rural dificilmente se encontra uma E é aí onde o fator econômico dessas mulheres que estão num trabalho reprodutivo, num trabalho produtivo e que a visibilidade é pouca.

Nós estamos trazendo a situação em que as mulheres estão no campo e que esta Casa precisa ter uma atenção especial.

Nós estamos também na questão da saúde. A saúde precisa ter esse olhar, também. O campo, de uma forma geral, está abandonado na questão da saúde, principalmente da saúde da mulher, porque as conquistas que as mulheres fazem com as marchas, com os gritos, em nível nacional, todas essas conquistas no contexto, em nível federal, o grande desafio nosso é que, de fato, em nível de poder local, nós conseguimos apropriar dessas políticas.

E cada uma que está aqui e cada um que está aqui, que é do campo, sabem exatamente do que eu estou falando. E esta pauta - eu gostaria também de trazer a questão da área da União neste Estado. Nós estamos aqui com um documento para que possamos sensibilizar os juristas, cujos juristas dão as áreas de terras da União favoráveis aos grandes latifundiários e expulsam a nossa população que está lá dentro, para fora dessas propriedades. Nós temos fatos recentes, muito recentes. Peixoto de Azevedo é um fato bem recente agora, questão de 48 horas.

E a grande vítima, da grande situação que está, são as mulheres e as crianças que ficam numa situação pior. Nós precisamos que este Estado... E aí nós trazemos para dentro desta Casa quais foram os projetos que puderam nos ajudar nessa desigualdade de gênero, quais foram os projetos que nos apoiaram para o fortalecimento da agricultura familiar e que essas mulheres também trazem isso? E que nós, mulheres, trazemos nessa pauta um fundo que vem apoiar essa agricultura familiar, porque tudo o que se consegue de recurso em nível federal, se não tiver de fato um apoio com planejamento, com participação de todos, nós não conseguimos estar no campo, ficar no campo, viver no campo, educar nossos filhos no campo e termos alternativas. Não só alternativas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

dos nossos filhos terem que sair do campo, mas ficarem, porque lá não é um lugar de pobreza. Lá é um lugar de riqueza.

Nós precisamos deixar claro que as mulheres, de um modo geral, no Estado de Mato Grosso, são as maiores que estão sem renda e de todas as mulheres do Estado de Mato Grosso, essa porcentagem da população sem renda, se concentra às mulheres. E, no contexto maior, são as trabalhadoras rurais. (PALMAS).

E que é preciso de fato que as instituições financeiras e que o conjunto das Secretarias deste Estado possam entender que essas mulheres estão atuando, estão trabalhando, porque toda agregação de valor da Agricultura Familiar passa pelas mãos das mulheres. E é preciso que as instituições financeiras tenham seu olhar de gênero. É preciso que também as delegacias e todo sistema que está aí possa nos atender com a qualidade e a igualdade de gênero. É preciso que nós possamos esquecer que, quando se corta os gastos da Defensoria Pública, nós estamos atingindo, principalmente, as mulheres, porque são as mulheres que vão procurar a Defensoria Pública (PALMAS).

Isso fica claro! E nós temos pessoas nossas que estão aqui que podem dizer isso, porque são as mulheres que vão procurar a Defensoria Pública para tirar os maridos das prisões, os filhos e também nos casos de violência que elas são expostas. É preciso que este Estado entenda que as diferenças existem, mas nós precisamos que tenha a igualdade, nós precisamos nos apropriar desse olhar de gênero. Nós precisamos, de fato, que este Estado não tenha só números internacionais de produção e de agronegócio, mas que precisamos mostrar o potencial dessa Agricultura Familiar que precisa do apoio de todos e desta Casa (PALMAS).

Nós gostaríamos de, ao sair desta Casa, ficarmos, de fato, com um grupo ou uma Comissão, ou seja, lá o que falam, porque ainda somos leigos nessa situação, que possa ter nesta Casa uma equipe técnica que seja entre as mulheres trabalhadoras rurais e os movimentos sociais, que possamos ser um elo e trabalhar justamente a nossa Pauta nesta Casa, porque os Projetos de Lei precisam ter o olhar de gênero. E são as mulheres que trazem isso e os companheiros que apóiam isso.

Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Convidamos agora também para falar em nome das mulheres trabalhadoras rurais, a Carmem Helena Ferreira, Coordenadora Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

A SR^a CARMEM HELENA FERREIRA - Bom-dia a todas as companheiras trabalhadoras rurais, a todos os companheiros, à Mesa aqui composta.

Eu quero saudar todos em nome da Deputada Verinha Araújo e dizer a ela que hoje ela não está sozinha nesta Casa, parece ser... (PALMAS)... a única Deputada Estadual que compõe a Assembléia Legislativa aqui do Estado de Mato Grosso, mas que em um dia tão importante de luta como este, é um dia Latino-Americano e Caribênio de luta das mulheres contra a violência, ela não está só. E nós, trabalhadoras rurais, mais uma vez, de ponta a ponta deste País, mostrando o protagonismo e o grau de organização que as trabalhadoras rurais tem no Brasil inteiro, porque não é só aqui no Mato Grosso que estão acontecendo audiências públicas, marchas, atividades, que as trabalhadoras rurais organizaram no Brasil inteiro. No Brasil inteiro estão acontecendo ações extremamente importante para a nossa luta.

Parabéns ao Mato Grosso que está realizando esta atividade importante. (PALMAS)

Em nome da CONTAG, em nome da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, estamos há um bom tempo nos organizando, fazendo marchas, marchas das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

margaridas no ano de 2000, marchas das margaridas no ano de 2003, marchas das margaridas no ano de 2007, creio que esta ação aqui já é uma ação preparatória de uma grande ação nacional que vamos realizar no ano de 2007 e que nós, e a Terezinha esteve lá, Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres do Mato Grosso, estivemos no México realizando o Encontro Latino-Americano e Caribênio das Mulheres Trabalhadoras Rurais, lançamos um desafio na América Latina e no Caribe, que o ano de 2007 vai ser o ano da grande luta das trabalhadoras rurais contra a violência, contra a pobreza em favor da agricultura familiar na América Latina e no Caribe.

Deixamos essa semente plantada lá no México, agora no final do mês de setembro, mas quero dizer que o que a companheira Terezinha trouxe aqui é aquilo que nós estamos pautando no dia-a-dia da luta do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, organizado pela CONTAG. É o entendimento claro de que a violência no campo, de que a violência contra as mulheres terão o seu fim se nós estivermos debatendo essa questão articulados com um feixe de políticas públicas que venham garantir a superação desta violência. Que políticas públicas são estas de que eu estou falando? Para além dos equipamentos que nós temos pautados e instrumentos contra a violência, para além de delegacias de mulheres, para além de albergues, para além de tudo isso é preciso que haja reconhecimento e uma análise crítica das condições em que vivem as mulheres trabalhadoras rurais no campo e que a dificuldade do acesso a essas políticas para as trabalhadoras rurais é dobrada, que a violência que acontece contra essas mulheres lá no interior é muito mais difícil ser visibilizada para serem tomados os encaminhamentos necessários e devidos. É preciso que se compreenda que o termo agricultura familiar valorizada, respeitada e reconhecida, com o potencial que nós temos, isso ajuda a diminuir o grau de violência que acontece no campo. É preciso ser reconhecido que ao se ter reforma agrária (PALMAS) com decência nesse país se diminui o alto índice de violência também no campo. É preciso que se reconheça que várias políticas públicas são necessárias, políticas públicas que gerem renda, políticas públicas que reconheçam o trabalho das mulheres e que incentivem a autonomia econômica das mulheres para que elas saiam do patamar de condições de dificuldade que muitas das vezes lhes colocam numa situação de opressão e de ter que conviver com muita violência.

Venho aqui no sentido de dizer que esta luta é nossa, esta luta é da CONTAG e parabenizar o conjunto das mulheres audaciosas de Mato Grosso, das mulheres nossas guerreiras do campo por esse dia, por esse dia de luta e por essa coragem que tiveram de vir pautar ao Governo do Estado de Mato Grosso as questões que afligem o conjunto das mulheres para as lidas rurais.

Parabéns às companheiras pelo protagonismo, pela coragem, e estaremos juntas para continuarmos a nossa luta. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito bem.

Além desta Audiência Pública, a programação continua depois, com almoço em frente à Assembléia Legislativa; às 14:00 horas, uma audiência com o Governador; às 15:00 horas, passagem em frente ao INCRA; às 16:00 horas, sensibilização com os juristas em relação à área da União; e às 17:00 horas, encerramento com apresentação dos grupos folclóricos dos municípios.

As mulheres trabalhadoras rurais apresentaram uma pauta que todos e todas, que estão à Mesa, já estão de posse, que trata da segurança pública, da educação, da saúde, mulheres, gênero, infra-estrutura, agricultura e INCRA.

Neste momento, nós vamos passar para aqueles e aquelas que vão falar em nome dos órgãos que estão vinculados diretamente à pauta que aqui foi protocolada.

Nós vamos começar com o Sr. Gilson Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Agricultura Familiar, neste ato, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Sr. Clóves Vettorato, que dispõe de cinco minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Nós vamos nos ater ao tempo, até para propiciar que todos e todas da Mesa falem e possamos ouvir as mulheres que estão aqui presentes e retornar para fazer o encaminhamento final da Mesa.

O SR. GILSON FRANCISCO DA SILVA - Eu quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo, autora do Requerimento desta Audiência Pública.

Cumprimento a Mesa, muito bem representada na pessoa do Deputado Federal Carlos Abicalil. Cumprimento os nossos colegas do Governo, Dr. Aréssio Paquer, Presidente da EMPAER, e o representante do INTERMAT que também está conosco.

Eu quero ser bem simples e objetivo, Deputada Verinha Araújo.

Em primeiro lugar, parabenizo todas as trabalhadoras, alguns trabalhadores que estão aqui presentes, pela coragem de trazer a público as grandes reivindicações que têm acontecido ao longo desses últimos anos.

Eu entendo que é um momento muito importante, Tereza.

Cumprimento também toda a Diretoria da FETAGRI aqui presente, os funcionários, os assessores, os sindicatos.

Entendo que é um momento muito importante, porque esta Casa ainda não votou o orçamento de 2006. Eu acho que o diálogo é um encaminhamento interessante para aprofundar, eu tenho certeza, por experiência própria, de que em apenas um dia dificilmente se negocia, esclarece os fatos. Mas eu acho que é um momento importantíssimo para se tirar daqui hoje, primeiro, algumas comissões para tratar e se aprofundar mais e melhor esses temas para que consigamos, enquanto Governo do Estado, ver aquilo que realmente pode ser atendido.

Eu quero usar os meus cinco minutos, porque eu acho que já foram os dois, para dizer algumas coisas, Deputada, que estamos trabalhando até mesmo pela minha origem, que venho da direção da FETAGRI, fui membro da direção da CONTAG e, hoje, do Governo do Estado. Tenho toda autonomia, Dr. Juarez Fiel, muito nos orgulha a sua presença, tenho toda a tranquilidade de usar esta tribuna e dizer que temos total liberdade para receber essas reivindicação, sentar, dialogar e ver aquilo que realmente é possível fazer.

Eu queria falar, Deputada, que o único Estado no Brasil que criou um programa com uma ampla parceria para especificamente atender as mulheres trabalhadoras rurais foi o Estado de Mato Grosso, Projeto Mulher Cidadã, uma grande parceria. Já estamos trabalhando na liberação dos projetos só para as trabalhadoras rurais fazerem um processo de transformação da produção, de agregação de valor à produção e comercialização. Esse é um projeto que eu acho que tem potencial.

Uma outra coisa que eu queria destacar aqui é que é preciso criar algumas alternativas de renda para agricultura familiar. Não adianta mais só ficar fazendo a desapropriação da terra, viabilizando alguma infra-estrutura, liberando crédito, porque já temos uma experiência de muitos anos que muitas famílias não conseguem permanecer nas propriedades, principalmente as mulheres, porque não conseguem ter renda suficiente para garantir a permanência na propriedade, com dignidade, com qualidade de vida e que está diretamente ligada à questão da renda.

Nós estamos com um projeto que é uma grande parceria. Depois eu vou deixar o mapa aqui, Deputada, dessa obra que para mim vai ser o maior projeto da história do Estado de Mato Grosso para desenvolver a agricultura familiar, que é a construção de um grande projeto de abastecimento exclusivo para produção dos agricultores familiares e aproveitar o potencial do mercado que tem este Estado. Já estamos em fase de licitação. E aí eu digo com muita clareza e com muita segurança: diante da crise que o Brasil atravessa, diante da crise que o setor da agricultura e agropecuária atravessam, eu vejo que dentro da agricultura familiar o papel das mulheres e dos jovens é de fundamental importância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

E, Deputada, digo com segurança - sei que o meu tempo está se esgotando - que os homens vão, dentro de pouco tempo, perceber que a alternativa de renda, hoje, para recuperar a agricultura familiar passa pelas mulheres e jovens, trabalhando na questão do artesanato, do doce de comota... Está aqui a exposição de artesanato a partir do algodão, que é um projeto que estamos apoiando, enquanto Governo do Estado, enquanto participante do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão.

Para encerrar, eu queria dizer, Deputada, que o Governo do Estado tem uma sensibilidade muito grande. Estamos de portas abertas! Esse é o compromisso que o Secretário Cloves Vetoratto pediu para eu assumir aqui. Se for necessário continuarmos a conversa, recebermos a comissão das mulheres trabalhadoras rurais para que possamos fazer uma ponte junto com a Assembléia Legislativa, para ver com precisão aquilo que realmente está nessa pauta, o que é possível o Governo do Estado atender, nós estamos à disposição.

Quero parabenizar, mais uma vez, a Sr^a Tereza Rios Pedroso, toda a Diretoria da FETAGRI e todas as trabalhadoras que, com muita coragem, vieram para cá para mostrar aquilo que realmente estão querendo para desenvolver a agricultura familiar, apoiar e resolver os problemas de desigualdade dentro da própria família em relação à discriminação das companheiras trabalhadoras rurais.

Parabéns! Sucesso a todos vocês! (PALMAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada!

Eu vou pedir licença, antes de dar continuidade, às pessoas que vão falar das políticas públicas, para o Deputado Federal Carlos Abicalil usar da palavra, porque ele vai ter que se retirar. Ele está indo a Cáceres, num evento na UNEMAT.

Então, eu vou pedir licença, ele vai falar e vai ter que se retirar.

Com a palavra, o Deputado Federal Carlos Abicalil, que dispõe de 5 minutos. O Deputado Federal Carlos Abicalil também é um grande parceiro, companheiro da luta das mulheres trabalhadoras rurais.

O SR. CARLOS ABICALIL - Minha cara companheira, Exm^a Deputada Verinha Araújo, a quem saúdo em nome das autoridades que estão aqui à Mesa; trabalhadoras e trabalhadores rurais que vieram neste dia nacional de 25 de novembro, nessa marcha que já tem nome de primeira, não é, Teresa Rios, e que portanto promete as próximas marchas que virão.

Eu quero em primeiro lugar dizer da minha alegria de poder comemorar este fato, e acho que, como dizia aqui a nossa Secretária Nacional da CONTAG, uma agenda que já aponta 2007, de uma agenda que supera as fronteiras do território brasileiro, de uma agenda que já passou da América do Sul, porque chegou a ter encontro no México, ali na beirinha da fronteira com os Estados Unidos da América do Norte.

Quando nós chegamos neste plenário e nesta Casa, seguramente com o colorido das camisetas, dos chapéus, o colorido das peles e das marcas dos rostos, os gostos e sabores das nossas exposições em encontro, as formas tão diferenciadas de mulheres e homens trabalhadoras e trabalhadores rurais, eu quero dizer que seria absolutamente imprescindível a todas as mulheres que fazem a maioria desta Mesa, às autoridades dos diversos órgãos do Estado que estão aqui presentes, uma participação da Câmara Federal. (PALMAS)

Eu comentava com a Carmem há pouco, que o Mato Grosso tem uma intensidade de participação na Bancada Federal feminina muito mais elevada do que a média do Brasil. Nós somos oito Deputados e Deputadas e três Senadores e Senadora, e quatro dos onze são mulheres, o que efetivamente demonstra, minha cara Deputada Verinha Araújo, que ainda na representação aqui da Assembléia Legislativa nós temos um aspecto a avançar na questão de gênero.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Porém, quero registrar que o fato de ter o sexo masculino ou sexo feminino, a professora Madalena sabe disso, não significa sempre ter uma concepção de gênero que valorize efetivamente a igualdade das pessoas, à condição de trabalhadoras e trabalhadores que têm juntos a tarefa de consolidar um país e juntos conquistar e repartir direitos. Por essa razão eu me sinto absolutamente convencido de que essa pauta não é uma pauta das representações femininas, essa é uma pauta das representações populares pelo avanço dos direitos, pela garantia desses direitos, pelo reconhecimento do trabalho, do esforço, da cidadania e da participação que cada uma das mulheres trabalhadoras rurais, do território mato-grossense, do Brasil e deste planeta, doa, empresta, contribui para que nós sejamos dignos desta representação.

Por isso eu quero dizer que, em que pese a pauta tratar-se de assunto de competência aparentemente de estrita responsabilidade estadual, eu tenho convicção de que muito dos seus desdobramentos, Deputada Verinha Araújo, terão de, necessariamente, articular os esforços federais. Por essa razão, eu quero dizer, em nome do meu partido, o PT, em nome do meu mandato, mandato do Deputado Carlos Abicalil, em nome da Senadora Serys Slhessarenko, que naquilo que depender da nossa capacidade articuladora e promotora das garantias que estão nesta belíssima lista reivindicadora que diz respeito aos direitos não apenas das mulheres, mas de seus filhos e filhas, dos seus netos e netas, da cidadania como um todo, porque pauta saúde, educação, infra-estrutura, segurança pública, justiça, acesso a crédito, a terra, a titulação, diz respeito, portanto, ao bem-estar de todos os brasileiros e brasileiras que aqui convivemos, Recebo e acolho esta pauta, mesmo não sendo Deputado Estadual, mesmo não sendo representante do Governo do Estado, tendo a convicção de que nenhum de nós poderá responder ausente.

E por esta razão eu quero dizer que deixo meu abraço forte e vigoroso na luta decidida de vocês trabalhadoras rurais. Dizendo que a marca da 1ª marcha seguramente aponta vitórias que nós já deixamos no passado, mas aquelas conquistas que precisaremos para o futuro. Avante, fortes, seguras, organizadas, mobilizadas, um grito forte e suave das mulheres que nos acolhem. Um grande abraço, êxito nesta assembléia.

Parabéns, Deputada Verinha Araújo pela possibilidade dessa audiência pública. E reitero, uma vez mais, aquilo que da Bancada Federal for necessário para articular e garantir as políticas que tem o apoio do Estado Brasileiro, em nome do Presidente Lula, eu quero dizer que nós estamos presentes também. Um grande abraço a todos vocês. (PALMAS)

A SRª VERINHA ARAÚJO - Obrigada, Deputado.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Deputado Estadual Humberto Bosaipo, que já se fez presente em nossa audiência pública.

Nesse momento, então, queremos anunciar a presença da Priscila Batistula, do Conselho Regional de Psicologia.

Vamos convidar o Sr. Aréssio Paquer para usar da palavra, Presidente da EMPAER, que terá cinco minutos.

O SR. ARÉSSIO PAQUER - Bom-dia, Srs. Deputados da mesa; autoridades presentes à mesa e aqui em plenário.

Um bom-dia especial a todas as trabalhadoras rurais, mulheres que fazem o trabalho em prol do fortalecimento da mulher no campo, da melhoria das condições da mulher no campo.

Eu sou Aréssio Paquer, Presidente da EMPAER. A EMPAER é uma empresa de extensão rural e assistência técnica e pesquisa voltada para o campo, para a agropecuária, é uma empresa executiva da Secretaria de Desenvolvimento Rural, de Assuntos Fundiários, trabalhamos no sentido de validar pesquisas que interessam ao campo, levar conhecimento a todas as áreas de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

interesse da família rural. O nosso foco está voltado para a questão familiar, porque nós entendemos que qualquer tipo de organização econômica, organização de trabalho, ela passa pela organização familiar. Quando nós temos possibilidade de fortalecer a família, ela já é um grande passo para o fortalecimento das outras organizações.

E na família o nosso foco principal são as mulheres, a mulher rural, não só por uma questão, nenhum de outra razão, que não seja estratégia de trabalho de assistência técnica.

Quando sabemos que a propriedade rural é um lugar que nós podemos transformar num lugar bom de viver, um lugar digno de se viver, de criar família, nós precisamos, em primeiro passo, trabalhar com a dona da casa, a mãe da casa, porque é aí que podemos levar conhecimentos que estruturam a família.

Nesse sentido, nós temos um projeto metodológico chamado Vida Nova. Esse projeto tem a pré-condição de primeiro levar a área de subsistência da família, que é a segurança alimentar da família. E, em primeiro passo, nós trabalhamos com a mulher rural, mostrando-lhe as condições que ela precisa levar até ao chefe da família, normalmente quando se tem o marido, as condições. Antes de qualquer projeto técnico de economia, ele ter garantido a segurança alimentar da família. Mas antes mesmo disso, nós levamos as orientações, desde questões - isso é feito pelas nossas extencionistas sociais especiais que hoje tem toda a capacitação e são mulheres que todos vocês que conhecem uma extencionista social da EMPAER sabem da capacidade delas que elas têm de não só de levar através de sua pessoa, mas de viabilizar técnicas em todas as áreas. Elas fazem, primeiro, a orientação da educação dos filhos, da organização da saúde, desde começando na questão da higiene e programação familiar para mulher; a capacitação para produção de alimentos para transformação de alimentos. Além disso, a possibilidade que ela tem com essa alimentação partir para uma agroindústria caseira, para nos primeiros momentos já terem alguma renda própria e a conservação dos alimentos.

Dessa forma, nós transformamos a mulher rural no centro da organização da família, e a partir daí, nós levamos outros projetos e principalmente os projetos econômicos, que é a segunda fase, não é a primeira fase.

Para não ficar em citar apenas essa prioridade, nós queremos mostrar para vocês, que, hoje, nós temos, como prioridade, a capacitação da mulher, nós estamos aumentando nosso número de extencionistas sociais. Há poucos dias ainda fizemos uma capacitação que aqui está no jornalzinho, que eu vou deixar aqui para vocês, e inclusive num dia desses que nós tivemos em Reserva do Cabaçal também no encontro de mulheres rurais. O encontro de mulheres rurais, promovido pela EMPAER em parceria com a FETAGRI e em outras tantas entidades, já tem encontro que já está no 15º ano. Isso demonstra a importância que damos em instrumentalizar a mulher rural na questão política de defesa, de visão do todo da sociedade, e não na questão rural.

E nós temos, hoje, também na questão do atendimento diretamente a mulher rural como empreendedora, os projetos da mulher cidadã, que é o PRONAF Mulher e temos vários projetos já implantados com grande sucesso. Temos em Reserva do Cabaçal um projeto, por exemplo, de frango caipira, onde está indo muito bem. Há poucos dias estivemos lá. Aqui temos um projeto muito bem implantado, no PA Vão Grande, talvez tenham algumas senhoras de lá, de agricultura. E na área de produção de lei, nós temos em Itanhangá, Nova Xavantina, Nossa Senhora do Livramento, Acorizal... Acorizal, por exemplo, é um trabalho que agora está partindo do artesanato para o mercado. É uma coisa, também, muito importante, que possibilita a mulher ter a sua própria renda e, tendo a sua própria renda, ela também começa a ter a sua própria liberdade e ter mais força no contexto familiar para ter participação nas decisões e é isso que nós fazemos. Não é fazer um discurso que a mulher é importante, mas nós fazemos isso de forma técnica, de forma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

programática e de forma, principalmente... Eu queria aqui deixar mais uma vez que é na família, quando nós instrumentalizamos a mulher para ter uma visão, ter um direito maior e ter uma participação maior nos Projetos da propriedade rural, é a mulher que nós precisamos fortalecer.

Eu queria agradecer a oportunidade.

Bom-dia!

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos o Sr. Aréssio Paquer.

Com a palavra, o Sr. Sávio Moreira, representando o Sr. Leonel, Superintendente do INCRA, que dispõe de 5 minutos.

O SR. SÁVIO MOREIRA - Bom-dia a todos e a todas as companheiras aqui presentes, Deputada Verinha Araújo, em nome da qual gostaria de cumprimentar a Mesa. E, dizer a todos os companheiros e a todos os companheiros aqui presentes também, que gostaria de justificar, neste momento, a ausência do nosso Superintendente, que tinha ontem uma Audiência Pública, no Município de Nova Guarita. E, por força maior, onde estaria presente também o nosso Ouvidor Agrário Nacional, que não pôde se fazer presente ontem, foi mudada essa data para hoje e a pedido também do Ministro, o Superintendente teve que se fazer presente nessa Audiência Pública. E nos pediu para que estivéssemos aqui, no sentido de estar discutindo a Pauta com as companheiras e também parabenizando desde já a iniciativa desta Casa e também da FETAGRI. Quero parabenizar a companheira Tereza Rios pelos trabalhos que vem fazendo em prol à luta das companheiras.

Dizer que como todos tenho acompanhado o trabalho do INCRA. Quando o Governo Lula foi eleito por nós trabalhadores e trabalhadoras e que todos nós temos o conhecimento que foram décadas de declínios nas atividades do INCRA e nós pudemos, Deputada, nos últimos três anos, após o Governo Lula, sinalizarmos então uma ascendência nessa nossa capacidade e na atuação do INCRA. Dizer que entre os programas do Governo Lula, do Governo Federal que está sendo implantado em todo Brasil, especificamente também no Estado de Mato Grosso, que venha mexer diretamente com um assunto e com a questão de gênero, com a questão das companheiras, são inúmeros e a gente precisava até levar um certo tempo maior se nós tivéssemos que falar de todos, porém vamos citar alguns que a gente acha de suma importância. Nesse sentido, passando pelo INCRA, nós temos diretamente o Programa de ATES, que nós entendemos que é um Programa de suma importância. Nós, do INCRA, entendemos que a questão das companheiras trabalhadoras rurais, a questão de gênero, é uma questão que tem que ser tratada na transversalidade, não é uma questão apenas uma questão, mas em todos os sentidos, em todas as lutas e, principalmente em todas as políticas públicas de governo tem que ser tratado a questão da equidade de gênero.

Nesse sentido, o Programa de ATES é um Programa que dá essa possibilidade. Nós temos no Estado, hoje, mais de vinte e oito mil famílias sendo atendidas pelo Programa de ATES.

Já nos reportamos à pauta, companheira Tereza, que eu tenho visto aqui inclusive a reivindicação da questão de equipes específicas para trabalhar projetos para as companheiras trabalhadoras rurais. Eu acho que é uma reivindicação justa, nós queremos trabalhar isso não apenas com uma equipe, queremos trabalhar isso de modo geral num programa, e fazer com que em todos os convênios existentes no Estado seja trabalho dentro deles a questão de gênero, a questão da participação e a questão dos projetos das companheiras trabalhadoras rurais...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sávio, antes que você continue só queria solicitar a nossa assessoria que desligasse o ar-condicionado, porque parece que as mulheres estão com frio. Muitas inclusive vieram sem... É isso que estão pedindo aí. E quem quiser se escrever, a Mara já está passando para recolher as inscrições.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. SÁVIO MOREIRA - Um outro programa, Deputada, senhores e senhoras aqui presentes, no nosso entender, que afeta diretamente a questão da companheira trabalhadora rural é a questão das moradias nos assentamentos. Nesse sentido, nós sabemos que a má condição de moradia que existe em uma parcela dos nossos assentamentos, é claro, afeta toda a família. Mas quem sofre diretamente isso, o impacto diretamente disso é a companheira trabalhadora rural (PALMAS).

Nesse sentido, nós temos no Estado de Mato Grosso, nos últimos três anos, o maior programa habitacional do Estado de Mato Grosso, no que se diz respeito à habitação rural em nossos assentamentos. Foram construídos, foram pagos em nossos assentamentos rurais, nos últimos três anos, mais de cento e trinta milhões de reais para construção de casas nos nossos assentamentos, chegando quase a dezenove mil unidades habitacionais em nosso Estado. Nesse sentido, continuando, eu sei que nosso tempo já está se esgotando, não poderia deixar de falar aqui algumas ações de impacto. Logo após também ter sido eleito o nosso Governo Lula, no mês 11 de 2003, Deputada, através de uma medida provisória, o Governo Lula disse e colocou que todos os títulos de seriam feitos também em nome da companheira trabalhadora rural (PALMAS).

Então, são políticas públicas que nós sabemos que não é mérito apenas do Governo, mas é mérito dessa luta de vocês trabalhadoras.

Nós sabemos, é claro, que existe hoje uma sensibilidade maior do nosso Governo. É claro que existe uma sensibilidade em relação a outro Governo, mas nós sabemos que tudo isso foi luta de vocês, passou pela organização do movimento sindical, da CONTAG, nós sabemos que isso é reivindicação das trabalhadoras rurais.

Nesse sentido, gostaria de fechar - como eu já falei - dizendo que nós teríamos muitos e muitos programas aqui para estar colocando, não podemos esquecer da questão dos quilombolas, que é uma outra questão também colocada como prioridade no Governo Federal, e que nós temos no Estado de Mato Grosso já mais de 50 comunidades reconhecidas, e o INCRA, agora, já trabalha para fazer com que os benefícios da reforma agrária cheguem até essas comunidades.

Sendo isso, quero também colocar aqui, Tereza, o INCRA à disposição para, se preciso for, constituir comissão e darmos desdobramento nessa pauta de vocês.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada!

Lembrando a todos e todas que fazem parte da Mesa, que receberam a pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais, com todos os pontos, para que, na medida em que forem se colocando, pudessem responder e se colocando à disposição das negociações.

Agora, vamos convidar para falar a Sandra Helena Martini, que é Secretária Adjunta da Diretoria de Assentamento do INTERMAT, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a SANDRA HELENA MARTINI - Bom-dia a todas as companheiras e companheiros aqui.

Gostaria de agradecer à companheira Deputada Verinha Araújo pela iniciativa desta Audiência Pública e a todas as autoridades presentes aqui.

Eu estou aqui representando o INTERMAT. Mas antes gostaria de relatar um pouco a minha vida, até para justificar a situação hoje.

Eu já fui também uma sem-terra. Eu sou filha de camponeses. Eu sei o que é passar fome, sei o que é morar debaixo de lona, sei o que é ficar na frente do INCRA, dormindo em frente ao INCRA, já passei por essa situação, sei que vocês lutam também por isso, por um pedacinho de terra, por mais dignidade, por mais saúde, por mais segurança. Então, a partir do momento em que as coisas estavam mudando de rumo, eu brigando, lutando para que as coisas acontecessem pelas pessoas que confiavam em nós, e estavam ali acreditando que poderiam ter um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

pedacinho de terra. Só que as coisas são muito difíceis, muito burocráticas. E é isso que precisamos mudar.

Então, a partir do momento em que eu saí do movimento e passei do lado de fora, que eu estava tentando, lutando, só que as coisas começaram a ficar de tal situação que nós não tínhamos mais como sobreviver dentro do movimento, porque não tinha como nos alimentar, não tínhamos saúde. Então, as coisas ficaram um pouco precárias. E foi neste momento que o Sr. Jair Mariano me chamou para trabalhar com ele, fazer parte da equipe dele, porque é muito difícil a realidade de quem é acampado, da luta dos trabalhadores que lutam por um pedacinho.

É preciso não só dar o peixe. É preciso dar o anzol, dar a isca e ensinar a pescar. Foi aí que eu entrei no INTERMAT, começando a trabalhar com o Sr. Jair Mariano, que é o Presidente do INTERMAT. E nesse trabalho eu venho acompanhando e venho observando as coisas crescerem. Eu luto por uma coisa justa e certa. Eu sou muito radical com as coisas. O certo é certo. É errado, é errado. No entanto, nós estamos com 21 vilas rurais. Qual é o propósito dessa vila rural? Que ela seja perto da cidade. Ela não pode ultrapassar 5 quilômetros da cidade. Por quê? É um novo estilo de vida para as vilas rurais, por causa até da mulher. Quando o filho fica doente, às vezes, o homem está no campo, ela não tem como levar à cidade se estiver longe. Então, estando perto, ou muitas vezes as vilas são encostadas da cidade, elas têm como se deslocar com os filhos. Muitas vezes as crianças têm dificuldades no campo, quando fica um pouco longe, de receberem educação. E as vilas rurais não. Eles vão de bicicleta, às vezes até quando é dentro da cidade é mais fácil.

Nós temos um programa também que é o Programa Ensinando e Aprendendo, que estamos levando às mulheres que estão no campo, que são cursos para ensinar a fazer sabão, doces, macarrão caseiro, vários artesanatos, para que as mulheres possam estar ajudando na subsistência da família, porque é ela que sabe o quanto é difícil criar um filho, o quanto é difícil colocar comida dentro da casa (PALMAS).

Então, por isso que é uma alternativa. Mas nós também temos as comunidades tradicionais que são valorizadas também, porque são famílias que vivem em casas de pau-a-pique, em situações precárias, onde o Governo do Estado, junto com o INCRA, junto com a SINFRA, num convênio em parceria, estão levando casas para essas famílias, fomento, alimentação, um pouco mais de dignidade para essas famílias que estão lá. É preciso olhar mais por essas famílias que lutaram tanto por essa terra também e são esquecidas. E não é assim! Nós precisamos valorizar essas pessoas, porque são elas que plantam, são elas que produzem o fruto que hoje almoçamos, jantamos. São elas que trazem o alimento para nós na cidade.

Então, nós precisamos lembrar mais dessas pessoas. Elas são muito esquecidas! (PALMAS). Nós precisamos valorizar o homem do campo! (PALMAS).

E, como eu disse, o INTERMAT está à disposição dentro dessa Pauta no que for possível. Nós estamos ajudando, estamos compartilhando e brigando para que as coisas aconteçam. Quando começamos a juntar os grãos de areia, conseguimos fazer muita coisa.

Então, é preciso ter força e união para conseguirmos fazer as coisas acontecerem. Por isso que eu falo que não basta só dar o peixe, é preciso dar a vara e ensinar a pescar (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos a Sr^a Sandra.

Com a palavra, o Sr. Olímpio Vasconcelos, Gerente de Agronegócio da Superintendência Estadual do Banco do Brasil, que vai falar sobre o PRONAF MULHER.

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS - Bom-dia a todos!

O meu nome é Olímpio, eu sou Gerente de Mercado na Superintendência Estadual de Mato Grosso, falo em nome do Banco do Brasil, em nome da Agricultura Empresarial e em nome da Agricultura Familiar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Quero de início parabenizar a FETAGRI e esta Casa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, pelo brilhante evento novamente. Realmente, é fantástico ver! Nós vemos! Nós estamos aqui há 26 anos mexendo com o Agronegócio no Estado, agronegócio da Agricultura Familiar, e vemos que ainda existe uma leve esperança de que realmente as coisas um dia possam melhorar.

Quero parabenizar todas as mulheres que estão aqui, é muito bonito ver isso, esse movimento, espero que não esmoreçam, lutar sempre, perder às vezes, desistir nunca. Isso é muito importante. E essa luta espero que ela traga frutos como está trazendo.

De início, eu quero apenas dizer para vocês que existe uma recomendação bem clara do Governo Federal para o Banco do Brasil, em termos de Brasil, que a prioridade do Banco do Brasil, hoje, é atender a agricultura familiar, inclusive as mulheres trabalhadoras da agricultura familiar.

Poderia começar dizendo o quê? Poderia falar em números, como a Tereza também disse no começo da fala dela, dizendo que não adianta trazer números se não tem soluções.

Então, poderia dizer para vocês que o Banco do Brasil é o Banco da agricultura familiar, que o Banco do Brasil é ter no Brasil inteiro, 70% de todo recurso que vai para a agricultura familiar, praticamente 70%, 68%, 69% o Banco do Brasil aqui empresta. E no Estado de Mato Grosso apenas 99,5% de todo recurso do PRONAF é do Banco do Brasil. Eu poderia também dizer em termos de número, que o Banco do Brasil já atinge um milhão de famílias atendidas nessa última safra; podemos dizer que aqui no Estado de Mato Grosso, que o FCO, 57% de todo recurso aplicado no Mato Grosso foi para a agricultura familiar. 57%. O que quer dizer isso? Que a agricultura familiar, hoje, no Mato Grosso, para investimento PRONAF, recebe mais dinheiro do que o grande produtor. São números. Poderia estar dizendo isso! Eu poderia dizer que nós, aqui no Estado, em 2003, aplicamos apenas 23% de todo recurso aplicado no FCO, nós aplicamos na agricultura familiar. Em 2004, passou para 39% e hoje nós já estamos com 59%. (PALMAS)

Talvez, quem esteja me ouvindo, poderia pensar o seguinte: mas se são 57%, cadê o meu que não chegou? Poderia estar pensando isso, mas isso são números reais, alguém recebeu esse recurso, os produtores, são dezessete mil famílias só no Estado de Mato Grosso. Se nós considerarmos que hoje as dificuldades que existem de todos os nossos parceiros para poder fornecer o crédito, nós temos que entender que esse número é uma vitória, conseguir 57% de aplicação. Nós conseguimos aplicar no Mato Grosso mais do que o grande produtor no FCO é um negócio fantástico. É óbvio que o no custeio agrícola o produtor grande pega mais. Mas no FCO, para investimento, o pequeno produtor pega mais do que o grande produtor em termo de valores, não em termo de quantidade. Porque em quantidade nós atendemos infinitivamente mais.

Eu poderia dizer tudo isso, mas não quero me fixar a isso, porque não quero olhar para trás. Eu não quero olhar tudo aquilo que o Banco do Brasil cresceu na agricultura familiar nos últimos anos, não só no país, mas em Mato Grosso. Eu quero olhar para frente. E é isso que eu proponho neste pacto, nessa reunião. E quero, se por acaso algum dia você já tomou banho de litro, ou tirou água de carretilha, ou tomou água... já pegou bola de sabão com trouxa de roupa, porque isso não é o papel real da mulher. Eu acho que a mulher nunca tem... Atrás de um grande homem sempre tem uma mulher, alguém falou aqui, na última segunda-feira, e foi dito que não, e acho que até foi o Governador que disse. Tem que estar ao lado. Isso que é importante.

Eu quero falar de PRONAF, e quero falar de PRONAF não só para o homem, quero falar de PRONAF para a mulher também. E é isso que o Banco do Brasil está aqui preocupado hoje junto com os seus parceiros. E quero acreditar que um dia nós possamos tratar com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

igualdade todo mundo. Isso é importante, porque até o INCRA já disse que hoje o certificado já sai com o nome do homem e da mulher. Isso é muito importante.

Quero dizer para vocês que o Banco do Brasil, no sentido de olhar para frente, quer fazer essas parcerias com todos: com o INCRA, com a EMPAER, com o FETAGRI, com a Assembléia, com a AMM, assim como o Banco do Brasil não quer ficar parado, não quer ser culpado: ah! Eu não fiz nada. Eu não sou culpado porque eu não fiz nada, mas eu sou culpado por omissão. O Banco do Brasil não pode ser omissor. Ele não pode deixar de olhar para essa atividade da agricultura familiar. Eu, pelo menos, enquanto estiver de Gerente de Mercado de Agronegócio, tenho certeza de que o Dan Conrado, que infelizmente, que é o nosso Gerente, foi embora, o Carlos Vilela que é quem trabalha com Agricultura Familiar, que está ali do nosso lado, que é um grande incentivador da agricultura familiar, enquanto nós estivermos aqui os nossos pensamentos é para frente. O nosso é crescer e o nosso pensamento é firmar parcerias. E nós não vamos ficar parados. Se for preciso fazer duzentos mutirões PRONAF que fizemos este ano, nós vamos fazer de novo. E que todos entendam o seguinte: a grande responsabilidade que o Banco tem, o Banco tem uma responsabilidade de emprestar o recurso para que vocês possam viabilizar as suas atividades. Que vocês não tenham os recursos do PRONAF como um fim, isso eu digo sempre, mas como um meio. Um meio para você ter segurança, um meio para ter saúde, para você ter uma melhor qualidade de vida. O Banco do Brasil tem essa responsabilidade. Tem a responsabilidade com os acionistas para dar lucro, o Banco do Brasil tem a responsabilidade com o Governo, para desenvolver os projetos sociais. O Banco do Brasil tem a responsabilidade principal, que é com o agricultor familiar e com a mulher, porque nós não queremos, em momento algum, inviabilizar a atividade de vocês.

O Banco do Brasil quer emprestar recurso para aquelas atividades que vocês possam produzir, possam ganhar dinheiro, possam pagar o Banco e receber de novo e assim, eternamente, que isso desenrole.

O nosso interesse não é emprestar recurso para atividades que vocês não possam desenvolvê-las com sustentabilidade.

Eu só queria que vocês entendessem isso, que vocês entendessem que o Banco do Brasil sempre estará do lado da agricultura familiar, que o interesse do Banco do Brasil é olhar para frente, é crescer, é aumentar, formar parcerias e aplicar mais. O nosso interesse é aplicar todo recurso que vem para o Estado para a agricultura familiar.

Saímos do zero em junho. Hoje, o Banco do Brasil já aplicou duas mil operações para o PRONAF Mulher, cem operações, praticamente, já é aqui no Estado, um trabalho feito pela FETAGRI, um trabalho feito pela EMPAER, um trabalho feito pelo próprio Banco do Brasil, nós estamos atrás dessas operações.

Então, cem mulheres já foram atendidas este ano, e nós queremos chegar, até o final da safra, que é junho de 2006, com mais de mil mulheres atendidas, esse é o nosso propósito. Nós queremos chegar e, se Deus quiser, nós vamos chegar a muito mais.

Eu quero agradecer a todos e parabenizar novamente; agradecer a Deputada Verinha pelo convite. O Banco do Brasil estará sempre do lado de vocês, podem contar com isso. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Olímpio. Obrigada pela presença.

Gostaria de dizer as mulheres e aos homens, que são os homens generosos, solidários que estão aqui conosco hoje, que vocês já são vitoriosos por esta Audiência Pública, por essa primeira Marcha Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, em reunir, nesta mesa, tantos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

organismos estaduais e nacionais para ouvi-las e responder a pauta que vocês estão apresentando aqui nesta manhã.

Então, em nome da Terezinha, eu quero aqui parabenizar vocês por esta marcha e por este momento.

A Assembléia Legislativa está totalmente tomada, aqui ocupado o nosso plenário, as nossas galerias. Recebi uma informação agora que os Auditórios 1 e 2 estão totalmente ocupados, também, por mulheres trabalhadoras rurais.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pelo Canal 36, TV Assembléia. As pessoas que não puderam vir aqui, nas suas casas estão acompanhando este debate.

O Deputado Humberto Bosaipo vai ter que atender também prefeitos que o estão aguardando, ele pediu para falar e nós vamos conceder-lhe cinco minutos para darmos continuidade ao nosso debate.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Deputada Verinha Araújo, autora desta Audiência Pública que pauta as reivindicações das mulheres trabalhadoras do meu Estado. Quero cumprimentar Tereza Rios, que é da Secretaria da FETAGRI, que desenvolve um extraordinário trabalho. Nós acompanhamos aqui da Assembléia Legislativa; Carmem, que é da CONTAG, que está me dando uma aula sobre as mulheres, sobre as trabalhadoras; o Sr. Gilson; Aréssio Paquer, que representa a EMPAER, senhoras e senhores.

Primeiro quero fazer um testemunho do trabalho da Deputada Verinha Araújo, porque nós trabalhamos na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social juntos.

Eu sou Deputado aqui no quarto mandato. Quero fazer em meu nome e em nome do Deputado Chico Daltro, que pediu para eu falar aqui. Ele está numa Audiência Pública no interior do Estado. Mas eu quero falar em meu nome sobre o trabalho da Deputada Verinha Araújo, um trabalho extraordinário, principalmente em relação às mulheres. Nós estamos na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade já há dois anos, e ela nos tem ajudado bastante.

E o fato de estarmos aqui juntos, quero cumprimentá-la, Deputada, por essa brilhante iniciativa e dizer que está no momento de nos reunirmos e analisarmos essa pauta, porque nós vamos votar ainda o orçamento geral para o Estado no ano que vem. Exatamente nós temos que contemplar alguns pedidos que certamente estejam nessa pauta, principalmente na questão da Defensoria Pública, já uma luta nossa. Porque é necessidade da Defensoria Pública ter advogados e advogadas especializadas na questão da mulher, principalmente da mulher trabalhadora rural. A carência é muito grande na área urbana, imaginem na área rural, onde os conflitos são maiores.

Então, nós já estamos aqui nessa luta na questão da Defensoria Pública...

Eu tive oportunidade de ser Governador por oito dias, no mandato passado, e nomeei 30 defensores. O Governador Blairo Maggi entrou no Governo e exonerou os 30 defensores. Eles me procuraram e eu os orientei que entrassem na Justiça e nos ganhamos na Justiça, e, essa semana passada, ganhamos em Brasília. Então, pelo menos, esses 30 defensores já estão atuando no interior do Estado, na Capital. Mas há necessidade de se fazer um trabalho desse, especialmente com a mulher trabalhadora.

Em relação a alguns problemas que eu, como Deputado do interior, consigo visualizar, conversar e sou reivindicado como, por exemplo, a *Luz no Campo* ser transformado para *Luz para Todos*. É uma pauta que eu acho que está na reivindicação das mulheres.

E a FETAGRI, Deputada, seja incluída também no Conselho Estadual de Educação. Acho que nós temos que fazer esse trabalho nesse sentido. Lá na minha região do Araguaia, São Félix, Ribeirão Cascalheira e Santa Terezinha há uma escola que está dando extraordinário resultado para os filhos das mulheres no campo. Eu sugiro até a leitura do livro da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Profª Ana Maria Tibiriçá, que mostra esse trabalho, como é que a mãe trabalhadora rural deve se comportar numa escola ciclada, que é uma experiência que eu acho extremamente extraordinária.

Dentro desse Orçamento... Ontem eu conversava com a Dona Gracy Padilha, da Associação do Ribeirão da Estiva e o Sr. Jorge, lá do Assentamento Santana do Buritizal - inclusive eu estou indo lá terça-feira - e uma das maiores reivindicações dos assentamentos é creche, é escola.

Esta semana aqui nós realizamos uma Sessão Especial com as artesãs de Pedra Preta, Primavera do Leste e Rondonópolis, inclusive do Assentamento de Pedra Preta - não sei se vocês viram na entrada - mostrando um trabalho extraordinário em fibra de algodão, que as mulheres assentadas estão fazendo para auferir renda para sua família.

Eu trabalho, Deputada Verinha Araújo, há mais de 15 anos com um Projeto Social de nossa autoria, que se chama "Mãe: Um amanhã melhor para seu filho". Nesse Projeto - eu trabalho com a Vereadora Lueci Ramos - nós fazemos cursos nos bairros, no interior do Estado e já formamos mais de 20 mil mulheres com os cursos, por exemplo, pintura em tecido, pintura em gesso... Nós fizemos curso de peças íntimas, tem pessoas que já estão produzindo e vendendo. E são 22 cursos que nós - há mais de 15 anos - desenvolvemos nos bairros.

Na semana passada nós formamos 800 mulheres em Cuiabá. É um trabalho que fazemos com as mulheres, porque as mulheres estão lado a lado conosco, mas estão nos superando em todos os sentidos. E isso é muito bom! Isso é muito bom! (PALMAS).

Então, eu cumprimento Vossa Excelência pelo trabalho e, gostaria de parabenizar a todos. Nós estamos com quatro Prefeitos do interior nos aguardando, mas eu não poderia passar aqui e deixar de parabenizar a todos! Muito obrigado! (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos o Deputado Humberto Bosaipo.

Com a palavra, a Srª Maria Helena Lopes, da área técnica da Saúde da Mulher, da Secretaria do Estado de Saúde, que dispõe de 5 minutos.

A SRª MARIA HELENA LOPES - Bom-dia a todos!

Gostaria de cumprimentá-los na figura da Deputada Verinha Araújo que é nossa companheira dentro do compromisso ideológico do Sistema Único de Saúde. E também assim que eu começo a minha fala chamando a FETAGRI e todos os movimentos sociais para se comprometerem ideologicamente com o Sistema Único de Saúde, que é a nossa paixão e que tem muita coisa para ser feita. É uma luta dos movimentos sociais a política de saúde, mas se compromissar ideologicamente com o SUS é conhecer seus princípios e diretrizes e defendê-los, porque às vezes o SUS tem dois grandes caminhos: um é atender as necessidades da população e o outro é um modelo assistencial pautado nos critérios epidemiológicos.

Se formos trabalhar os critérios epidemiológicos com relação à saúde da mulher, nós vamos poder falar aqui aproximadamente uma hora sobre os pontos de estrangulamentos epidemiológicos da saúde da mulher, mas para enfrentarmos esses pontos críticos de estrangulamento, nós precisamos defender um modelo assistencial que priorize a atenção básica, que priorize a porta de entrada de serviços pela atenção básica. E aí, analisando aqui a pauta de reivindicação apresentada por vocês, eu vejo que é preciso conhecer que existe uma Portaria da Secretaria Estadual de Saúde aprovada e pactuada desde 2004, que cria o Programa de Apoio à Saúde Comunitária em Assentamentos Rurais.

Nessa Portaria prevê o Programa do Agente Comunitário Rural. Setenta e seis municípios já possuem o incentivo do Estado para esse Programa que tem quinhentos agentes comunitários cadastrados e tem uma cobertura de cerca de cinquenta mil famílias. Cada agente comunitário tem uma área de abrangência de cinquenta a oitenta famílias e você fala aqui da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

construção de posto de saúde, na área rural. Para que esse posto possa ser concretizado, faz-se necessário primeiro a implantação do PASCAR. Depois, trezentas famílias cadastradas no programa para que se tenha a cobertura de um posto de saúde na área rural. Então, com a municipalização o Estado não é executor de ações diretamente com a população. Ele cria incentivos políticas e apóia para que os municípios possam gerenciar e executar as ações mais diretas com a população.

Com relação à questão da discussão gênero que também faz parte da pauta de reivindicação, eu gostaria de convidá-los para o Congresso Mato-grossense das DSTs, que vai acontecer agora de 1º a 03 de dezembro, onde nós vamos discutir uma pauta totalmente voltada para mulher, a mulher gestante. Vai ser discutida a questão do planejamento familiar, a questão da violência sexual, a questão da sexualidade na adolescência e da mulher. Eu acho que é uma oportunidade de estarmos abrindo espaço para a capacitação de vocês e também para nós começarmos um trabalho que efetivamente tenha uma continuidade como política de saúde. Não, tal qual, mas como uma rotina a ser implementada no Estado. E aí eu me coloco à disposição para as perguntas que se fizerem necessárias. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Maria Helena.

Com a palavra, a Srª Dolores Schussler, Superintendente de Ensino e Currículo da Secretaria de Educação.

A SRª DOLORES SCHUSSLER - Bom-dia a todas e todos que aqui se encontram. Quero cumprimentar a nossa colega Deputada Verinha Araújo. Somos professoras, não é Deputada.

Estamos aqui representando a Secretaria Estadual de Educação e a pauta aqui colocada refere-se a políticas públicas para a educação no campo. Nós temos evidenciado, a partir dos anos de 2004, 2005, realizado a Conferência, um Seminário para elaborar as políticas de educação no campo.

Eu gostaria de dizer que o Governo do Estado e a Secretaria de Estado de Educação estão sensíveis a essa causa e, principalmente, à causa das mulheres trabalhadoras.

No que se refere à educação, nós estamos traçando as políticas públicas, Deputada Verinha Araújo, estamos com uma equipe dentro da SEDUC que está trabalhando no sentido de que, dentre todas as políticas públicas, também se insira a política pública da educação no campo para que se possa direcionar um currículo diferenciado da educação urbana.

Nesse sentido, estamos trabalhando com as especificidades, estamos abertos às sugestões das entidades, dos movimentos sociais, a equipe da Superintendência de Ensino e Currículo.

Dentro dessas políticas - e eu estava vendo a pauta das reivindicações - estarão inseridas: a questão da formação dos professores nas áreas específicas, a elaboração de material didático-pedagógico e também firmar parceria com os municípios, com o INCRA no que se refere à transporte, merenda escolar e infra-estrutura.

A equipe está levantando a quantidade de escolas e de comunidades rurais. Estamos nesse trabalho para entendimento desse processo. Nós temos inscrito também, através do primeiro Seminário, elaborado a Carta de Mato Grosso para educação no campo. Eu trago uma cópia aqui e se alguém quiser ter acesso neste primeiro seminário que efetivamos em agosto de 2005...

Dentro das políticas também para a educação do campo, especificamente para as mulheres, nós estamos reelaborando a EJA no campo. Nós temos uma política estrutural de EJA em evidência e a EJA no campo. Inclusive, o MEC, parece-me, e nesta semana nós tivemos um contato, também está trabalhando nesse sentido dentro da EJA no campo, através do Programa Saberes da Terra. Estamos nos informando referente a isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

E gostaria de dizer que a Secretaria de Educação atende também já a 113 escolas rurais, 87 turmas de ensino médio, mais de 197 turmas ensino fundamental, principalmente na Baixada Cuiabana, nós atendemos 314 salas anexas dentro das áreas rurais.

Nós temos previstos para o PPA de 2006, que é uma questão de aprovação de orçamento, Deputada, de mais de 1 milhão e 300 mil reais para que possamos implantar as políticas específicas de educação no campo.

E temos dentro do Programa Letração, que é um programa de alfabetização de jovens e adultos e isso se insere em todos os contextos, a questão de gênero. E com o resultado do censo educacional que nós podemos traçar também onde se encontram esses homens, onde se encontram essas mulheres, que não concluíram, que não são alfabetizadas ou que não concluíram o ensino fundamental para que possamos fazer um mapeamento mais geral e possamos estar implementando nessas localidades e nessas comunidades a nossa política de educação.

Nós estamos aqui, hoje, a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, e nós enquanto Secretaria de Educação, abertos a sugestões e a reflexões, bem como também estamos aqui para responder a tudo o que vocês tiverem como reivindicações. E aquilo que não possa de repente estar sendo respondido nós estaremos encaminhando posteriormente. Muito obrigada. E parabéns pelo trabalho, Deputada. E parabéns para vocês, mulheres.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, professora Dolores.

Convido agora a Tânia Regina, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Estado de Mato Grosso; e, em seguida, professora Madalena.

A SR^a TÂNIA REGINA - Bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa, especialmente a Deputada Verinha Araújo, e parabenizá-la pela iniciativa desta Audiência Pública.

Este tema é muito importante. Eu estou muito feliz de estar aqui para discutir as reivindicações das mulheres trabalhadoras no campo.

Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho. Só que elas ainda estão na condição de não assalariadas e não remuneradas. A maior parte das atividades das mulheres trabalhadoras rurais é tida como trabalho doméstico, porque se confunde com os afazeres domésticos.

A maioria dos indigentes brasileiros está concentrada na zona rural, especificamente na agricultura, e isso acontece porque na zona rural tudo é mais difícil. A energia é precária, quando há energia, falta água, quando há água, a água não é tratada, os transportes são precários, são caros. Então, tudo isso acaba por prejudicar a condição das trabalhadoras rurais.

As políticas públicas para as mulheres aqui no Estado de Mato Grosso ainda são insuficientes. Há uma predisposição do Governo com o Programa Mulher Cidadã, mas esse programa não atende a todas as mulheres. Ontem eu tive a curiosidade de entrar no *site* da SETEC - eu não sei se está atualizado - e lá indica que apenas 176 mulheres foram atendidas com o Programa.

Eu preciso fazer algumas pontuações a respeito da reforma agrária, do meio ambiente, do fortalecimento da Agricultura Familiar, porque essa marcha visa isso: o cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários, contra a violência sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo, verticalização, participação e fortalecimento do movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Então, diante dessa Pauta, eu vou fazer algumas considerações. E peço licença, talvez extrapole os 5 minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

A respeito da reforma agrária: 371 milhões de hectares no Brasil estão prontos para a reforma agrária, estão prontos para a agricultura. O maior problema no nosso país é concentração de terra. O Brasil é o campeão em concentração de terra.

A política de assentamento é uma alternativa cara, mas é preciso fazê-lo. O preço da recusa em fazer a reforma agrária é muito mais alto. No censo da reforma agrária de 1996 a 2003 houve 200 mortes no campo. Vejam, senhores, que para se apurar um crime de furto, qualquer furto, o Estado gasta em torno de vinte e três mil reais; para apurar um crime de homicídio, estima-se que seja o dobro; conflitos no campo então nem se fala, sem falar em indenizações para as famílias das vítimas; o dinheiro que a Previdência tem que desembolsar para pagar as pensões das viúvas, das pessoas que ficam inválidas, no caso dos conflitos. Então, se a gente for colocar na ponta do papel, a reforma agrária ainda é uma alternativa barata.

Para se gerar um emprego no comércio, gasta-se em torno de quarenta mil reais; nas indústrias, para gerar um emprego, oitenta mil reais. Mas esse dinheiro sai da iniciativa privada; para se assentar uma família no campo, o Governo tem que gastar trinta mil reais. É dinheiro que não acaba mais, mas é preciso fazê-lo.

No Censo da Reforma Agrária de 96, constatou-se que 12% das mulheres, apenas 12% das mulheres, têm a titularidade da terra, é um índice muito pequeno se comparado a países como, por exemplo, a Colômbia. Esse índice na Colômbia é de 45%. 45% das mulheres na Colômbia têm o título da terra em seu nome. (PALMAS)

Outro dado importante, é que com a separação dos casais, o homem permanece na terra e a mulher é obrigada a sair com os filhos da terra e levar esses filhos para um outro acampamento. E aí eu faço um parêntese, se me permitem falar sobre a Defensoria Pública. Eu acho que a Defensoria Pública é fundamental nos assentamentos, em comarcas próximas a assentamentos. A Defensoria Pública tem que estar presente para resolver a situação dessas mulheres, dessas mulheres trabalhadoras rurais... (PALMAS)

Vejam que as mulheres ajudam a arar a terra, a preparar a terra, plantam, colhem, criam gado, criam galinhas, porcos... Quer dizer, elas têm todo esse trabalho e de repente elas são obrigadas a sair dessa terra e deixar lá com seus companheiros, com seus maridos. Isso é injusto! E aí é preciso a presença da Defensoria Pública para resolver esse tipo de conflito, não só os conflitos de terra entre donos proprietários de terra e posseiros, mas principalmente as questões familiares. É importante a Defensoria Pública estar nessas Comarcas onde tem assentamentos.

Falar sobre Meio Ambiente e falar em Educação é praticamente impossível. É importante que as crianças aprendam a preservar o meio ambiente. Não dá para falar em desenvolvimento sustentável com uma pessoa adulta, tentar passar esses conceitos de desenvolvimento sustentável para um adulto. Para uma pessoa que, às vezes, não teve tempo, não teve oportunidade de estudar é muito difícil. Então esses conceitos têm de ser trabalhados desde pequeno. Para isso são importantes às creches, são importantes as escolas nos assentamentos ou próximas aos assentamentos.

Eu estive em uma reunião na chácara da FETAGRI há, mais ou menos, vinte dias, e lá eu vi mulheres de várias localidades: Cáceres, Paranatinga, Juína... E todas elas falaram-me que não há creches no campo, e até as escolas que há, às vezes, as crianças têm de caminhar muito longe, têm de caminhar bastante, têm de caminhar de bicicleta para chegar às escolas, e aí, quando chegam, já estão sujas, os uniformes já estão sujos, elas estão despenteadas e com isso elas sofrem discriminação também. E é muito triste uma criança ser discriminada na escola em função disso (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Sobre o fortalecimento da agricultura familiar, o programa de ações afirmativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário reconheceu como um problema: o fato de que somente 10% dos recursos do PRONAF são destinados às mulheres. Então o que o Governo fez através da Portaria nº 121? Ele obrigou que 30% desses recursos fossem destinados à mulher. Sobre o cumprimento a direitos trabalhistas e previdenciários eu tenho a falar que a ausência de documentação impede que as mulheres sejam reconhecidas como cidadãos. Por quê? Porque o custo desses documentos ainda é alto. Algo em torno de 15% das trabalhadoras rurais não tem CPF. Esse estudo foi feito pela Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Através do Plano Nacional para as mulheres houve um estudo, e foi constatado que 15% das trabalhadoras rurais não têm CPF. O CPF é um documento importantíssimo para você ter acesso ao crédito. E aí é preciso também a Defensoria Pública estar ali, por quê?

A Defensoria Pública tem o poder inquisitório, Deputada Verinha Araújo, o Art. 77, da nossa Lei nº 146, é muito claro: São prerrogativas de um membro da Defensoria Pública, dentre outras que não sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu caso, diz o seguinte: requisitar documentos. E aqui não há restrição para que tipo de documento.

Então, é interessante que o Governo do Estado continue fazendo como fez vários mutirões no interior do Estado, e aqui eu estou com uma lista das cidades que foram contempladas com esses mutirões: no município de Planalto da Serra, lá foram atendidas 104 pessoas; no município de Itanhangá, 110 pessoas; na comarca de Santo Antonio do Leverger, 183 pessoas; Novo São Joaquim de Mato Grosso, 160 pessoas foram atendidas; Bom Jesus do Araguaia, 50 pessoas; Cuiabá e Várzea Grande também foram contempladas com os mutirões; na comarca de Cáceres, 210 pessoas; município de União do Sul; comarca de Marcelândia; Feliz Natal; Campo Novo do Parecis e Arenópolis. Em todos esses lugares, a Defensoria Pública esteve presente, através de mutirões, em parceria com a SETEC, e conseguiu regularizar a situação de algumas mulheres, talvez até de algumas mulheres que estejam aqui, conseguiu ter o seu registro de nascimento e poderia até, se o Governo tivesse sentado e conversado um pouco melhor conosco, talvez até o CPF, o registro, a identidade, nós poderíamos ter conseguido para essas mulheres.

Só para encerrar, eu quero falar um pouco sobre violência sexista e discriminação, dizer que o protocolo da Rede foi assinado, ontem, às 17:30 horas, lá no Centro Cultural da Universidade Federal. O que quer dizer isso? A Rede é um projeto, na realidade não é mais um projeto, agora é uma realidade, foi assinado ontem um protocolo de intenções com o Governo do Estado, com vários gestores, Secretaria de Estado de Educação, Saúde, Segurança Pública, todos os serviços de atendimento as mulheres serão integrais, serão organizados em Rede para atender de forma integral as mulheres, um atendimento diferenciado, mais humanizado, a princípio serão atendidos aqui em Cuiabá e Várzea Grande. Mas a Rede não pára por aí. A rede vai também se interiorizar. O nosso objetivo esse: dar um atendimento de qualidade para todas as mulheres, inclusive para as mulheres do campo. (PALMAS).

E dentro dessa pauta de reivindicações no Empenho 08 - mulher e gênero, composição de comitê para intermediar juntamente com a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimentos Sociais e Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, a divulgação da orientação das ações do plano de política, o conselho está à disposição para integrar a esse comitê para que nós possamos negociar com o Estado para ver as reivindicações.

Quero agradecer a atenção de todos. E parabenizar o Movimento de Mulheres de Trabalhadoras Rurais sai fortalecido a partir de hoje daqui.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Tânia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Com a palavra a professora Madalena Rodrigues. Depois nós temos mais duas pessoas para podermos passar para as inscrições.

A SR^a MADALENA RODRIGUES - Bom-dia.

Cumprimento as autoridades da Mesa. E quero cumprimentar as mulheres de luta, de garra, de conquista e de sonhos. Porque as mulheres rurais que estão aqui são principalmente mulheres que sonham, e, que, na verdade, devem ter muitos homens que sonham junto com elas. (PALMAS).

Depois, faltando duas pessoas da Mesa para se pronunciarem, eu gostaria de perguntar a vocês, mulheres, que estão aqui dentro, com as falas de todas as instituições aqui representadas, vocês se sentem contempladas? Vocês sentem que a pauta de vocês está sendo atendida ou está encaminhando para o atendimento? Porque isso é muito importante nós sabemos. Porque, Deputada Verinha Araújo, aqui nós vemos com um sonho de sair daqui com propostas concretas para levar ao Executivo, mostrando realmente o que as mulheres deste Estado precisam ser contempladas. (PALMAS.)

Falar que a EMPAER, que o Banco do Brasil, o INCRA, o INTERMAT, que a Secretaria de Saúde têm programas. Nós sabemos que tem, e muitos. O que nós queremos saber é como esses programas contemplam as reivindicações das mulheres. É isso que nós queremos saber. (PALMAS). Porque aqui nós pegamos e vemos: “Nossa Terra, Nossa Gente, resgatando a dignidade do homem do campo.” E cadê a mulher do campo? Na hora em que fala homem, nós mulheres estamos contempladas? (PALMAS) Não estamos, não! Quando fala homem, é homem mesmo! Quando fala homens e mulheres, seres humanos, pessoas, aí sim, nós mulheres podemos estar contempladas. Quando fala homem, não venham vocês, porque as desigualdades estão aí contempladas. Homem é homem, mulher e homem são seres humanos. Então, resgatando a dignidade dos seres humanos no campo, aí sim, nós estaríamos aqui! (PALMAS).

Da mesma forma, Nossa Terra, Nossa Gente, Oportunidade e Esperança para o Homem do Campo. E as mulheres não vão ter esperança nunca? Vão morrer com esperança, igual morreu Margarida Alves e outras? (PALMAS).

Eu queria resgatar aqui, começando pela pauta, eu não sou de nenhuma instituição, mas sou da Universidade, trabalho com mulheres, trabalho sobre os direitos das mulheres e as relações de gênero. Uma das coisas que precisa ficar muito clara para nós, para as instituições é o que é gênero, porque gênero, eu falo homem, homem, homem, homem... Que gênero que está aí? A sociedade, a luta na terra, as pessoas que trabalham na terra têm dois sexos, o homem e a mulher. Então, os programas têm que atender aos homens e às mulheres. O que é que eu quero falar com isso? Todas nós, pessoas humanas, temos os nossos próprios talentos que nós temos que desenvolver. Desenvolvendo os nossos talentos, tudo corre bem. Mas, muitas vezes, os programas que chegam às mulheres pelo PRONAF, é fazer doce, é fazer costura, é pintura... As mulheres querem fazer um curso de inseminação artificial e não podem, porque é dos homens! (PALMAS). Os homens querem fazer um curso de artesanato e não podem, porque é das mulheres!

Então, nós estamos respeitando o quê? Nós perguntamos para as mulheres: vocês querem fazer doce ou o que é que vocês querem fazer? Vocês querem ser reconhecidas como trabalhadoras rurais? Passou da hora das mulheres do campo sair da invisibilidade! (PALMAS).

Olha, tem pesquisa deste mundo provando por homens e mulheres, pesquisadores e pesquisadoras, que a agricultura foi inventada pelas mulheres há mais ou menos oito mil anos, no período chamado neolítico médio, e até hoje as mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras! É ajudante, apóia os homens, substitui o homem quando ele não está! (PALMAS). Até quando! Essa marcha de hoje, de vocês, tem que fazer a diferença. As instituições têm que saber que nós somos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

diferentes, mas não somos desiguais. Nós temos que ter acesso ao título da terra, a financiamento, a crédito, à assistência técnica. (PALMAS)

Quantas vezes o engenheiro chega, a engenheira agrônoma da EMPAER, por exemplo, eu conheço bem porque eu trabalhei dentro dela, chega numa casa, se o homem não está, não dá assistência técnica porque a mulher não tem capacidade de receber assistência técnica. (PALMAS)... O que é isso? Até quando nós vamos...

Então, nós queremos o quê? Que as mulheres rurais e todas as mulheres saiam da invisibilidade, sejam consideradas trabalhadoras. Não é ajudante, não é apoio, não aquela que só cuida do espaço doméstico. Passou da hora de saber que os homens e as mulheres podem ocupar o espaço público e o espaço doméstico, a coisa não pode ser tão dividida assim.

Educação de criança é responsabilidade do homem e da mulher. Fazer um almoço, limpar a casa, seja lá o que for, é responsabilidade do homem e da mulher (PALMAS).

Levar o salário para dentro da casa, levar o alimento, seja lá o que for, a proteção da família é responsabilidade do homem e da mulher. Chega de separar o que é de homem e o que é da mulher. Nós somos seres humanos e temos que fazer as coisas de acordo com o nosso interesse, com a nossa capacidade, com a nossa vontade, respeitando os nossos direitos de cidadania.

Por fim, eu teria mil coisas para falar para vocês, para falar aqui, infelizmente é uma Sessão pública e o tempo é limitado. Nós temos que refletir bem em cima dessa pauta. Quando nós falamos em capacitação de gênero, quer dizer que as pessoas que estão nas instituições não têm aquele conhecimento capaz de entender as mulheres e atendê-las como seres humanos que têm direito ali naquilo que ela está reivindicando, não são só os homens que vão lá para ter esse acesso, esse atendimento. As mulheres também são trabalhadoras, cuidam da terra, cuidam da casa, cuidam da família, cuidam de tudo. Muitas vezes, quem sustenta realmente a casa é a mulher com os seus pequenos afazeres e não tem o reconhecimento (PALMAS).

Eu acho que esta pauta aqui é da maior dignidade. As instituições pegam, sentam em cima, Assembléia Legislativa, o Governo do Estado. Espero que as instituições realmente vejam diferente. Façam, por favor, como fez aqui: leis estaduais de excelência em gênero e direitos humanos. Emprego e renda, Pernambuco tem em gênero; prevenção à AIDS, HIV-AIDS. A Bahia já tem na dimensão de gênero, na perspectiva de gênero; saúde da mulher, Amapá; segurança da mulher, Rio de Janeiro; igualdade racial, Espírito Santo; violência contra a mulher, Distrito Federal; orientação sexual, São Paulo; maternidade, Paraná. Mas tudo olhando as relações de gênero, as políticas de gênero, ou seja, que contemplem homens e mulheres. Não são só os homens e nem somente as mulheres. Nós não somos pessoas isoladas dentro dessa sociedade.

Por último, eu queria falar para vocês que hoje são 25 de novembro, dia de luta, de combate a violência contra a mulher, que foi instituída em 1981, na Colômbia, e até hoje, 24 anos depois, nós ainda vemos nas manchetes a cada quatro segundos uma mulher vítima de violência neste país. Até quando? Hoje, Deputada Verinha Araújo, o dia para nós é um dia triste, é um dia de tristeza, por saber que nós estamos aí na luta e ainda somos consideradas pessoas inferiores, que somos ofendidas, violentadas dentro do nosso próprio lar por nossos maridos, companheiros, filhos (PALMAS).

Nós precisamos de políticas públicas que contemplem as mulheres, na questão da educação, na questão da segurança pública, da saúde. Morrem mulheres neste país, por quê? Violência doméstica, câncer de mama e câncer de útero. Chegou a hora da sociedade acordar e atender os interesses das mulheres de todos os lugares e de todos os ângulos, principalmente as mulheres trabalhadoras da terra. Muito obrigada (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito bem, professora Madalena, que é nossa companheira de luta e que toda vida, toda sua trajetória na Universidade Federal de Mato Grosso tem pautado pela luta em defesa da mulher e que fez uma belíssima fala aqui.

Por último, nós vamos passar a palavra para Maria Aparecida Cortez, Vice-Presidente do SINTEP e Secretária de Políticas Sociais da CUT.

Antes eu queria anunciar aqui e pedir uma salva de palmas para os municípios que se encontram presentes nesta manhã. Vocês são vitoriosas por marcar Cuiabá, marcar a Assembléia Legislativa com essa primeira marcha das mulheres trabalhadoras rurais: Nova Brasilândia, Vila Bela, Campo Novo, Tangará da Serra, Chapada, Campo Verde, Comodoro, Conquista d'Oeste, Brasnorte, Cáceres, Porto Esperidião, Itanhangá, Rosário Oeste, Assentamento Sadia II Vale Verde, Alto Araguaia, Pontes e Lacerda, Nova Bandeirantes, Poconé, São José do Rio Claro, Jangada, Diamantino, Acorizal, Mirassol d'Oeste, Cuiabá, Várzea Grande, Livramento, Feliz Natal, Pedra Preta, Arenápolis, Barra do Bugres - esses são os municípios. E tem aqui um que vou citar: Buriti Fundo.

Com a palavra, a Sr^a Maria Aparecida Cortez, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a MARIA APARECIDA CORTEZ - Eu quero dar um abraço fraterno na companheira Deputada Verinha Araújo, em nome da qual cumprimento e abraço a todas e todos os presentes.

Gostaria de registrar o quanto é importante a presença de uma companheira dessas na Assembléia Legislativa, e também declarar o quanto é difícil falar após a Madalena. Esse é o meu ônus.

Nós ouvimos, aqui, pela fala de alguns representantes de Governo, que parece que o Estado avançou no atendimento das demandas sociais. No entanto, penso que é insuficiente o que foi apresentado aqui.

Políticas públicas para as mulheres não foi contemplado. É preciso lembrar que, por ocasião do dia 08 de março, o Governo do Estado se recusou à criação da Secretaria Especial da Mulher, dizendo que isso era discriminar e que não era necessário, porque as mulheres do Estado de Mato Grosso já estão sendo atendidas por esse Governo. Penso que isso revela todo o pensamento de uma política de Governo.

Para ficar apenas na área da educação, penso que na Audiência teria que sair daqui, nós mulheres teríamos que sair daqui com o compromisso da Secretaria de Estado que apontasse no sentido de garantia do direito ao direito. No entanto, ouvimos colocando aqui a representação de que algumas ações estão sendo pensadas, mas não tivemos uma garantia de que será atendido esse direito.

A mulher do campo tem o direito da creche, da educação infantil, do atendimento da educação especial, do atendimento da educação dos jovens e adultos e, no entanto, não vimos uma afirmação que pudesse dar uma certa tranquilidade para que nós pensássemos que esses direitos fossem garantidos. Muito pelo contrário.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ensino Público desde maio, juntamente aqui com a Deputada, tem discutido cinco pontos principais e a construção do plano estadual de educação, que dentro desse plano pudesse pensar todas as modalidades de educação, no entanto, não conseguimos êxito.

Transporte escolar, que apesar do Conselho Estadual de Educação já ter uma normativa, de que nenhuma criança pode ficar mais do que uma hora dentro do ônibus, não tem sido respeitado. A maior parte das crianças nossas passam mais tempo no transporte escolar do que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

dentro de uma sala de aula discutindo, correndo toda sorte de risco, vai de ônibus sucateado, correndo risco de ser bolinado dentro do ônibus e correndo risco dos acidentes.

Um outro ponto que o fórum estadual tem debatido é o concurso público para que atenda as demandas nas nossas localidades. Não tivemos uma resposta satisfatória do Governo. Aliás, nenhum o anúncio de quando será.

Condições de prédios escolares. Se nossas escolas do centro daqui de Cuiabá, vocês estão vendo como foi a matéria de hoje pela TV Centro América, as condições das escolas nos nossos assentamentos, nas nossas localidades rurais são piores ainda, oferecem risco para quem frequenta as escolas.

Temos um modelo de desenvolvimento econômico que privilegia os agronegócios, que excluem todos nós, homens e mulheres, dos assentamentos da agricultura familiar que geram renda e concentram renda para as grandes empresas multinacionais e para as grandes empresas dos agronegócio.

Temos um Governo que pensa em educação no campo, com o olhar da educação da cidade, que não prioriza o debate de gênero, das etnias, das nossas diferenças Isso traz prejuízo para nós. Essa educação não é a educação que nós desejamos, que nós defendemos.

Subestima ou ignora os conflitos que mobilizam forças econômicas e sociais em torno da posse da terra, dos conflitos que têm vitimado homens e mulheres no nosso Estado.

Subestima e nega a situação de trabalho escravo e trabalho infantil no nosso Estado que, infelizmente, é uma mácula para o nosso povo. Isso nós precisamos sair desta Audiência Pública com indicadores, com algum posicionamento que nos apontem para resolver esses conflitos.

A Tereza Rios, no início da sua fala, colocava aqui a respeito dos índices da População Econômica Ativa - PEA. Em 2002, um milhão, trezentos vinte seis mil pessoas, do quais dessas, trezentos sessenta oito mil trabalhavam no campo e essas pessoas recebiam - quando recebiam - apenas um salário mínimo, o que corresponde a 4,25% somente da economia, enquanto 95% disso ficam com as grandes empresas multinacionais. Então, nós precisamos fazer a inversão desse triste dado. A outra parte fica com as exportações, os grandes negócios. Enquanto isso, nós somos acometidos pelo flagelo da fome, do desemprego no campo, da exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo, do analfabetismo, de uma ausência de políticas públicas.

Nesse sentido, a Central Única dos Trabalhadores, juntamente com o Sindicato das Educadoras do nosso Estado se coloca à disposição para fazer o debate e para estar aqui fazendo esse enfrentamento.

Um grande abraço e, registrando que as nossas vitórias são frutos da nossa luta (PALMAS). E nenhuma política foi uma dádiva, fomos nós que conquistamos e assim nós vamos à conquista de mais desafios postos.

Muito obrigada! (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos a Sr^a Maria Aparecida.

Estamos trabalhando a questão do tempo até para oportunizar que todo e todas falem. Pedimos desculpas, às vezes, para podermos ter um fechamento nos encaminhamentos.

Na verdade, vamos passar agora para as inscrições dos participantes e das participantes que integram essa marcha. E nós vamos, já com as falas que foram estabelecidas, praticamente, colocando à disposição para o debate da Pauta de reivindicações.

Então, o nosso encaminhamento vai ser - e eu quero já colocar aqui para a Tereza Rios - de propormos nesta Casa a criação de uma Câmara Setorial Específica que tenha como tema a Pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais (PALMAS). Esse é o nosso compromisso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

nós já vamos apresentar na Sessão de terça-feira. E na criação dessa Câmara, nós vamos estar integrando a mesma com todas aquelas reivindicações que vocês estão trazendo e com os órgãos que aqui já se manifestaram, para que possamos ir superando aquilo que vocês estão apresentando.

Então, neste momento nós gostaríamos de chamar a primeira inscrita, que é a Ana Maria, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Depois é a Gemina Camargo e Depois é a Solange , do Assentamento do Município de Feliz Natal. Peço que o pessoal venha chegando próximo à Mesa.

A SR^a ANA MARIA - Bom-dia a todos, à Mesa, às autoridades.

Existe uma carência na infra-estrutura dos assentamentos e dos acampamentos. Gostaria de pedir às autoridades competentes o que pode ser feito para a melhoria dos acampamentos, dos assentamentos, porque existem muitas dificuldades nas estadas. Por exemplo: nas águas, poços e também um pouco na área de saúde, na educação. Existem cursos operacionais para capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de que também já existe o Programa de Alfabetização de Adulto, o Ler e Saber e muitos outros. Só que são executados na área urbana. Gostaria que a parte da Educação pudesse ver isso para que esse Programa pudesse chegar na área rural para que nós pudéssemos alfabetizar os nossos adultos, os nossos adolescentes, porque há muitas dificuldades dessas pessoas se deslocarem até a cidade. Existem também cursos de capacitação. Então, nós não queremos o peixe, mas sim armas para pegar esse peixe. Para isso, é preciso incentivar a população rural com cursos de capacitação e melhoria para o projeto alternativo para desenvolvimento sustentável rural.

Então, eu gostaria que todas as autoridades que estão à posta dessas pautas de reivindicações, que lessem com carinho, dessem um pouquinho mais de atenção e dêem um pouquinho de atenção a esse povo maravilhoso que lutam pela sobrevivência. Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Gemina Camargo.

A SR^a GEMINA CAMARGO - Quero cumprimentar a Mesa e fazer uma pergunta para o diretor da EMPAER. Que torne em nosso município uma assistência técnica voltada para a agricultura familiar, pois a agricultura em Feliz Natal é voltada para os grandes latifundiários. Em Feliz Natal quero saber se haverá negociação com os PRONAFs que ainda não conseguiram pagar o PRONAF-A. Pois como a representante do INTERMAT disse: não só adianta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar. Meu muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada Genina. Sr^a Solange Paez de Barros, Coordenadora do Controle do Câncer, da Secretaria de Saúde... Antes, chamo o Sr. Francisco Sateli da Silva, do Assentamento do Município de Cáceres.

O SR. FRANCISCO SATELI DA SILVA - Meu cordial bom-dia a todos e a todas da Mesa. Que tenham um bom dia as autoridades competentes e que desenvolvam um bom trabalho. Eu sou assentado há oito anos na cidade de Cáceres, no assentamento Sadia II, na BR-070. E acompanho, há oito anos, as dificuldades que encontramos, os assentados, pelo menos lá, principalmente na parte das mulheres. Eu vou pedir a Deputada aqui que sejam mais rápidas essas autoridades aqui INCRA, EMPAER, Banco do Brasil - a professora já falou, e eu vou só completar aqui rapidinho para não tomar tempo -, para que acelere mais o trabalho. Porque aí dá tudo certinho.

Fico muito agradecido. É um prazer imenso eu, como cantor e compositor, cantar para as mulheres, hoje, com muita satisfação, se Deus quiser. E fiquemos com Deus. Muito obrigado pela audiência pública (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Solange Paez de Barros.

A SR^a SOLANGE PAEZ DE BARROS - Estou aqui, Deputada. Bom-dia a todos, às mulheres e aos participantes.

Eu sou enfermeira da Secretaria de Estado de Saúde e venho dar uma resposta em relação... Trabalho na coordenação de câncer e venho dizer que estamos trabalhando, sim, pelas mulheres, não só para vocês, mas por todas pelos fatores de risco que nós temos para o câncer.

Nós temos 141 municípios trabalhando com prevenção primária. Nós temos 16 referências secundárias no Estado que trabalham com câncer de colo de útero e mama, através de um programa nacional do Ministério da Saúde, junto com todos os municípios que articulam isso conosco.

Gostaria de dizer também que não só os cânceres de colo de útero e de mama estão incidentes e trazendo mortes para as regiões e para o Brasil. Nós estamos trabalhando na ação primária de prevenção e educação dessas mulheres, que eu acho que é o conhecimento, tanto das mulheres, das pessoas, sobre o câncer é um dos fatores principais para que possamos nos proteger.

Trabalhamos também em relação à capacitação de profissionais, a implantação e articulação com gestores de uma política municipal. A Secretaria vem trabalhando junto com os municípios também em relação à referência secundária, atenção secundária, para que essa mulher tenha o seu diagnóstico precoce.

Então, eu gostaria que levantassem a mão quem já ouviu falar ou quem já realizou anualmente o seu exame de mama. Quem conhece esse assunto?

Então, eu sei da dificuldade, muitas vezes, do acesso de vocês numa unidade de saúde, e a reivindicação é justa para que os gestores municipais, realmente, olhem mais para isso. Nós estaremos, dentro da Secretaria, articulando isso e mostrando o perfil do câncer no Estado, para que esse gestor possa, realmente, tomar uma atitude, uma ação perante isso.

Então, o câncer de colo de útero e mama vem sendo trabalhado sim, e nós temos uma estimativa e eu gostaria de dizer, rapidamente, que, entre 2005 e 2006, para Mato Grosso, nós tivemos uma redução desses cânceres em nível de Capital, mas é um trabalho ainda que não só os profissionais, os gestores, mas a conscientização de todos da importância de estar comparecendo também nas unidades, buscando informações através dos seus representantes sociais, de bairros, ou até mesmo de vocês trabalhadores.

Eu gostaria também de deixar aqui a reivindicação para que vocês nos procurem, procurem o setor dessa coordenação, através do seu representante, para que o Estado e a Secretaria possam articular essa ação de saúde no município na área de vocês. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Solange.

Adão da Silva, Secretário de Política Agrícola da FETAGRI, depois o Juarez, Assessor do Deputado Chico Daltro.

O SR. JUAREZ DA SILVA - Inicialmente, gostaria de cumprimentar todas as mulheres que hoje, aqui, abrilhantam esta Audiência Pública, promovida pela Deputada Verinha Araújo, que muito feliz foi a nossa Deputada em fazer essa proposta.

Mas eu quero aqui, Deputada, não na qualidade de Assessor do Deputado Chico Daltro, mas muito mais pela minha origem, cumprimentar as mulheres, os homens também que aqui estão, e dizer que eu tenho um orgulho muito grande de ser filho de camponeses.

Diferentemente da Sandra, Deputada, na minha época, na zona rural, eu tive uma vida muito boa, eu tive o privilégio de ter uma alimentação saudável, de minha mãe ser uma dona de casa que vinha para fazer o alimento, quando ficava a minha irmã mais nova - minha mãe ia para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

roça conosco - e quando era por volta do horário do almoço, ela colocava um pano branco na janela para irmos para casa almoçar. E lá nós tínhamos uma alimentação de qualidade. Tinha carne de porco. Nós tínhamos a banha, o sabão produzido na roça. E nós levamos uma vida muito confortável. Por isso, que eu estou vindo aqui, Deputada, para cumprimentá-la.

Mas para dizer também, e cumprimentar aqui o companheiro Gilson, com quem tive a oportunidade de trabalhar, ainda quando diretor e depois Presidente da EMPAER, o Dr. Aréssio Paquer, que, hoje, me substitui lá na EMPAER, a Tereza, que fez um trabalho e continua fazendo um trabalho muito grande em favor da mulher de Mato Grosso; a Carmem, e a todas as mulheres, principalmente a professora Madalena que coloca com muita propriedade o lugar da mulher que não tem nada de atrás e ao lado. Ela tem que estar realmente à frente, porque é a mulher que conduz, é a mulher que efetivamente dá uma melhor qualidade de vida desde o filho ao marido. (PALMAS).

Então, Deputada Verinha Araújo, eu queria dizer a Vossa Excelência que eu estou muito feliz, porque sei que Vossa Excelência vai trabalhar muito aqui para a criação dessa câmara para defender os interesses das mulheres. Quero dizer que o Deputado Chico Daltro vai estar com Vossa Excelência nesta mesma luta para que efetivamente a mulher possa ter cada vez o seu espaço mais destacado.

E dizer também que eu acho que o Governo precisava, Deputada... E nós não podemos perder a oportunidade desta Nação brasileira que, pela primeira vez, na sua vida tem um homem público como eu e tantos outros da roça, que é a história do Presidente Lula. Nós não podemos perder essa oportunidade e melhorar as condições do homem do campo e da mulher do campo, professora Madalena, e tem essa oportunidade.

Quero dizer aqui que eu, quando Presidente da EMPAER - e o Gilson sabe disso e o próprio Aréssio Paquer -, contratei, através do recurso do INCRA, 48 profissionais para que fossem para o campo, e consegui levá-los. Estou até hoje respondendo processo, por assim agir, porque eu peguei um recurso do INCRA que era do Governo Federal e o recurso foi direto para o trabalhador para que mais técnicos fossem para o campo. Respondo processo até hoje por isso.

Mas não é por isso que eu me intimido, não! Eu acho, Aréssio Paquer e Gilson, todos do Governo e da própria Assembléia, que nós temos que dar assistência técnica lá na ponta, porque veio aqui um líder e disse que tem dinheiro, mas sem projeto o dinheiro não chega na ponta (PALMAS). É preciso mais técnicos no campo (PALMAS).

E é isso, Deputada Verinha Araújo, neste dia em que as mulheres estão aí caminhando, perambulando para mostrar a sua existência, para buscar maior dignidade lá no campo - eu que faço parte aqui, que trabalho nesta Casa de Leis -, precisamos cada vez mais estar atentos trabalhando, buscando colocar assistência técnica como foco fundamental de fixação do homem no campo. Nós não vamos conseguir fixar o homem e a mulher no campo sem ter uma qualidade técnica e lá na ponta, efetivamente, elaborando o projeto, mas muito mais na elaboração do projeto e na aplicação desse recurso, porque o banco quer ganhar dinheiro e não vai dar dinheiro se você não der retorno e se você não mostrar que isso dá sustentabilidade no campo.

Então, eu queria, para encerrar, Deputada, cumprimentá-la mais uma vez e cumprimentar a minha amiga Zezinha, lá de Santo Antônio, e dizer que nós temos que continuar esse trabalho e eu quero cumprimentar pela história que nós estamos aqui fazendo neste dia extremamente importante para o resgate do homem e da mulher do campo.

Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos o Sr. Juarez.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Manoel Ferreira dos Santos, Secretário de Política Agrária da FETAGRI.

O SR. MANOEL FERREIRA DOS SANTOS - Eu quero saudar a Mesa aqui e, na pessoa da Sr^a Tereza Rios, saúdo os demais companheiros e companheiras do município.

Falar depois da companheira de luta, a Sr^a Madalena, é difícil. Mas eu vou aqui mais fazer perguntas na verdade. A Audiência é necessária. É preciso ter essa Audiência, Deputada, e a senhora acertou bem. Parece que a senhora lembrou daquele dia que eu estava no Araguaia, naquela Audiência Pública onde a senhora esteve presente, o Deputado Ságuas e também o Deputado Zé Carlos do Pátio, quando nós falávamos naquele dia que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais para mudar alguma coisa neste Mato Grosso teriam que fazer ocupação na Assembléia Legislativa. Lá eu já falava isso e aqui o povo da zona rural está fazendo a ocupação de fato (PALMAS). Falando em tudo isso que foi falado... Eu não estou aqui para condenar nenhum programa, pelo contrário, até para elogiar muitos programas. Mas está faltando aqui um programa, que para nós da zona rural, principalmente os acampados e as acampadas, que sofrem todo tipo de violência, desde a discriminação até o espancamento, está faltando um programa específico de respeito com os senhores, com as senhoras e com as crianças que ali estão à beira de BR. (PALMAS)

É inaceitável que em uma Audiência tão precisa como esta, não tenhamos aqui uma Comissão de Direitos Humanos. É inaceitável o Ministério Público não estar presente numa Audiência como esta. É inaceitável os trabalhadores e as trabalhadoras no dia de ontem e de hoje estarem sendo despejadas lá em Colniza. É inaceitável também o nosso Presidente da FETAGRI não estar aqui porque está em audiência com Márcio Tomaz Bastos (PALMAS) resolvendo a situação e também tentando amenizar a violência do campo brasileiro. Por isso a nossa diretora da CONTAG, Carmem, já passou aqui falando de como funciona a questão da violência no Brasil.

Gostaríamos que fosse passada a outra parte do vídeo que também fala da violência em Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Nós vamos passar o vídeo na conclusão da Audiência Pública.

Quero chamar a Priscila, do Conselho Regional de Psicologia; em seguida, Ireni Darsília, que é do Assentamento São José Irmã Doroti.

A SR^a PRISCILA - Bom-dia a todas e todos.

Quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo e em nome da companheira Terezinha Rios, cumprimentar todas as mulheres presentes.

Parabenizo a Professora Madalena pela fala e cada vez que eu a ouço, a gente aprende e engrandece.

Sou do Conselho de Psicologia, mas eu vim aqui, hoje, para falar mais dessa questão da violência. Como a professora disse, 25 de novembro é um dia de luta e de luto. Luto por todas as mulheres que já sofreram violência, por todas as mulheres que em decorrência dessa violência já foram a óbito. E todas as pessoas que falaram, quando falam dessa questão da discriminação da desigualdade de gênero, que nada mais é do que a violência simbólica colocada contra a mulher sempre nesse sentido e a violência que se faz presente em maior quantidade invisível e que causa os maiores danos.

Como a Tânia já estava falando, nós conseguimos, depois de dois anos de árduas reuniões e discussões com instituições do Governo, com movimento sociais, com associações de mulheres, a assinatura de um protocolo de intenções para conseguir formalizar essa rede de atenção integral às crianças, às adolescentes mulheres em situação de violência em Mato Grosso. Para nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

isso é muito importante porque é uma conquista. Nós queremos que isso se torne uma política efetiva de prevenção de assistência de enfrentamento a questão da violência. Só que nós precisamos também da participação efetiva dos movimentos sociais, dos órgãos de controle social, de todas as associações para que somem à rede.

Então, esse protocolo foi assinado, mas ele é aberto a novas adesões. Inclusive, eu quero fazer um convite a esta Casa, Assembléia Legislativa, para estar fazendo parte conosco nesta rede, para estar aderindo à rede, para que no dia 08 de março nós consigamos assinar o termo de cooperação técnica, porque aí, sim, vai estar formalizando esse compromisso. É um novo desafio. Durante dois anos conseguimos a assinatura, agora, o novo desafio é nós conseguirmos realmente efetivar as ações que está no projeto, todos os objetivos. Nós sabemos que isso não é fácil, e esperamos poder contar com todos e todas. Muito obrigada. (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Irani. A Irani está aí?

A SRª IRANI - Quero saudar os companheiros da Mesa e as companheiras de luta também. E dizer para o nosso pessoal que se encontra nos acampamentos e assentamentos de toda organização, que nós mulheres hoje, para ocuparmos nosso espaço, temos que ter luta e enfrentamento muitas vezes contra o sistema machista que ainda existe. Hoje, se tem um direito à mulher ele ainda está no papel. O desrespeito contra a mulher é muito grande. Nós entramos muitas vezes para negociar, nós não somos vistas como pessoa, principalmente as mulheres se tomarem conta de uma frente (PALMAS).

Eu fico muito feliz por estar aqui junto de vocês, companheiras, porque aqui só estão as pessoas representadas, muitas e muitos, companheiras e companheiros, também, que de fato querem uma mudança. E nós estamos aqui para falar para o povo que é um anseio que se encontra hoje em todos os acampamentos, tanto da FETAGRI como do MTA como do MST. Nós estamos enfrentando o mesmo dilema. Mas sabemos muito bem, que é a administração de um Governo que não quer a reforma agrária no nosso Estado é que nós estamos enfrentando esse dilema. Eu vim aqui para falar de movimentos e também de política porque eu faço parte de um povo que sofre essas questões de um sistema.

Nós estamos acampados à margem da estrada e a sistemática é muito crítica. Em nosso acampamento lá, o movimento do MTA chegou recém na região de Cáceres.

Nós enfrentamos um grande descaso no INCRA Nós enfrentamos, também, um grande descaso na prefeitura. Nós fomos bem atendidos na Secretaria da Educação, no Sindicato, fomos bem atendidos e não podemos negar, e também na rádio, no Jornal nos deram um espaço.

Quando chegamos ao INCRA, nós encaminhamos as documentações das áreas de terras e nos são negadas as informações.

Estamos fazendo esse apelo porque aquelas pessoas que trabalham ali são pagas, companheiros e companheiras, com o dinheiro dos impostos que nós pagamos. Essas pessoas estão no INCRA porque nós pagamos para elas estarem lá. Eles só recebem aquele salário porque nós pagamos impostos, e estamos exigindo respeito com os homens e mulheres que vão ali para negociar.

Então, companheiros, outra coisa que quero dizer para vocês é que nós também conseguimos área de terra para fazer comodato e não conseguimos semente para plantar.

Nós tentamos negociar tratores, estamos fazendo na enxada, mas que vamos fazer essa terra, aos poucos, nós vamos fazer sim, porque estamos vendo a nossa semente sumindo aos poucos. E a semente - eu quero também fazer um apelo aqui, para que todos saibam - é patrimônio da humanidade, e nós temos que lutar para que isso seja cúmplice...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Outra coisa séria que nós vemos na região - eu quero deixar claro para quem não mora lá - a nossa terra está ficando cada dia mais difícil para se entrar e conquistar, porque a soroteca e a agroteca estão invadindo as terras da União, as terras que poderiam estar sendo hoje dispostas para trabalharmos. A Teca está comprando daqueles fazendeiros que, muitas vezes, não tem nem documento direito.

Então, esse é um apelo que nós também colocamos na pauta. Queremos a regularização do limite da terra da União para 150 quilômetros, para que isso seja cumprido, porque se a terra é da União, é para o trabalhador trabalhar, não é para multinacional vir plantar teça, não. Porque se isso não mudar - eu estou falando em nome do povo, em nome de 380 famílias, só do meu acampamento, e mais de 700 famílias do acampamento que fica na Reserva do Cabaçal... Estão enfrentando um processo muito forte de conflito também nessas duas áreas, que são a Fazenda Itaguaíra e a Fazenda Nazaré. Nós estamos recebendo muitas ameaças, nós estamos abaixo da entrada e recebendo ameaça. Então, nós queremos que de fato a Justiça faça por onde averiguar essa parte, porque nós queremos paz. Nós não queremos guerra. Nós queremos a terra para trabalhar, para produzir. (PALMAS). Nós não queremos viver só de cesta básica. Nós queremos que a cesta básica seja voltada para os trabalhadores da cidade, não do campo. Nós queremos produzir.

Eu agradeço o espaço no ar. E não encerro por aqui essa luta, não. E digo bem claro para as companheiras. Se o espaço fecha, nós temos que empurrar para conseguir, nem que for em outro lugar um espaço certo para que todo mundo seja feliz, homens e mulheres trabalhadoras, porque somos nós que sofremos mais a consequência dessa carga em cima dos nossos ombros e das nossas costas, tanto da violência como do descaso dessa sociedade em que vivemos, desse sistema capitalista.

Agora, companheiros, para vocês eu digo: Quanta vida, luta e esperança de vencer. Nunca vamos dobrar os joelhos diante de qualquer coisa, seja maldade, diante do descaso que vamos enfrentar, mas nós estaremos de pé e vamos.

E deixo um abraço para a companheira Senadora Serys, onde ela estiver, que é uma companheira de luta, de garra nossa também, para todas as companheiras que estiverem por aqui e também estiverem no Estado. É o abraço de todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais, por onde nós passamos, que mandaram para vocês todos. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Irani, pelo belíssimo depoimento.

Ainda temos três inscritos. Não precisam ter pressa, nós vamos almoçar por aqui mesmo, fiquem tranquilos. Vamos acompanhar os nossos depoimentos e a nossa Audiência Pública.

Agora é Beatriz, que é da Comunidade do Mazargão.

A SR^a BEATRIZ - Bom-dia a todas as mulheres que estão aqui. Bom-dia, Deputada Verinha Araújo, é uma honra conhecê-la.

Muito obrigada à Secretária Tereza Rios que me convidou. Eu liguei e ela me convidou para vir aqui. Chegando aqui, eu achei que eram poucas pessoas, mas vi que era uma multidão. Fiquei muito feliz, porque não é somente eu que estou nessa batalha.

Eu sou da Comunidade do Mazargão, poucas pessoas conhecem. E vim aqui reivindicar, porque o povo de lá, muitas vezes, tem que se deslocar de por causa da saúde. Eu tenho um bebê pequeno, três filhos, e sofro muito também porque a Saúde de lá muitas vezes é meio esquecida. Não tem remédio, não tem uma balança, não tem um médico... Como disse aquela menina, se precisarmos de médico, temos de nos deslocar de lá até aqui.

Eu sou uma mulher, tenho os meus três filhos, não tenho esposo, vivo com a minha mãe, e ela não sabia, senão estaria aqui comigo. Eu venho pedir e tenho também que falar que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

o Governador esteve lá nossa comunidade e deu mais esperança para o povo de lá. Prometeu para nós a casa própria, que a Janaína, que está representando o INTERMAT, falou aqui. A casa da minha irmã Cleonice está lá pronta e a minha até hoje não ficou pronta. Como disse a ela: Eu sonho, mas eu tenho fé que um dia vai ser realidade!

Então, eu vim aqui saber se a minha casa vai sair e o que é que esse povo vai fazer para a comunidade de lá. Aqui se encontram todas as autoridades. Eu não tenho muito estudo para falar, mas estou falando o que eu sei.

Então, agradeço a Sr^a Tereza Rios e todas as pessoas que estão aqui e que podem resolver.

Muito obrigada a todos (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos a Sr^a Beatriz. A Sr^a Beatriz é da comunidade de Marzagão, na região de Rosário Oeste.

E, a Sr^a Sandra, que está aqui representando o INTERMAT, eu gostaria que depois ela visse com a Sr^a Beatriz, porque ontem eu participei de uma reunião do INCRA com o Governador e o INCRA já repassou 18 milhões de reais para construir para construir moradias e ontem assinamos mais 10 milhões de reais.

Então, tem dinheiro, tem condições de responder aos assentamentos. E, todos vocês que estão aqui hoje, que lá nos assentamentos as condições de moradia estão precárias, se não tem ainda perspectiva, vamos hoje já pegar aqui a representante do INTERMAT e ver para onde esse recurso foi disponibilizado, quem não foi atendido, por que e quando vai ser, porque dinheiro tem. Eu mesma estou de prova disso e eu quero que tenha moradia para todos os assentamentos (PALMAS).

Com a palavra, o Sr. Paulo César, do PA Nossa Senhora Aparecida, de Várzea Grande.

O SR. PAULO CÉSAR - Bom-dia a todos e a todas, companheiros e companheiras aqui presentes.

O que eu vou falar aqui é praticamente não é uma pergunta, mas sim, uma crítica. Eu quero fazer uma crítica para o Presidente da EMPAER e também para o representante do INCRA. A crítica é a seguinte: sobre a assistência técnica da EMPAER, tudo bem, tem assistência técnica, têm os técnicos... Tem a porcentagem descontada do PRONAF por cada família, só que eu quero colocar também porque se realmente a EMPAER estivesse dando uma assistência técnica viável, se fosse assistência técnica verdadeiramente, não teria tanto descaso que há nos assentamentos que estão formados.

Eu também quero falar para o representante do INCRA que se não fosse a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que estão aqui presentes, muitos processos, muitos assentamentos não seriam feitos. Porque se geralmente deixar para o INCRA, isso não vai acontecer.

Quero falar para o Presidente da EMPAER que em Acorizal, talvez ele não tenha conhecimento disso, mas os técnicos da EMPAER de lá fez praticamente um trem lá. E os trabalhadores e as trabalhadoras rurais estão praticamente sem saber o que fazer, porque os técnicos só vão para receber. Isso não é só em Acorizal, mas em muitos acampamentos que já estão formados. A assistência técnica só vai para receber. Eu acho que se realmente tivesse assistência técnica, não teria tanto descaso e não teriam tantas pessoas do campo indo para as cidades para tentar arrumar uma vida melhor. Porque se estão ali para dar assistência técnica, eu acho que tinham que dar assistência técnica verdadeiramente. Muito obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Rosângela Vilela e depois a Antônia Silva de Almeida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

A SR^a ROSÂNGELA - Bom-dia ao público, já são meio-dia, mas nós não almoçamos ainda.

Eu só quero falar para vocês, gente, correrem atrás da nossa terra.

Eu sou a professora Rosângela, sou acampada, eu leciono para jovens e adultos no acampamento.

Geralmente não é fácil e não é gostoso ficar em baixo de uma lona, é muito quente e quando nós saímos da cidade, nós estamos correndo do desemprego, da fome, da miséria e da violência.

Quando nós corremos para o campo, pensamos mais nos nossos filhos, pensamos em tirá-los um pouco das coisas ruins da cidade, mas quando chegamos lá, pensamos que vai sair ligeiro, rápido. Mas não. A gente fica um ano, dois anos... É difícil educação, é difícil saúde, é difícil alimentação. O que vem é o básico, e nós não queremos isso. Nós não somos porcos para viver só de comida. Nós queremos trabalhar e reagir e precisamos dessa terra, porque eu tenho certeza que ninguém sai da sua casa com o ventilador, com energia, rua asfaltada, ônibus toda hora, um moto-táxi, um telefoninho do lado, para você viver debaixo de lona. Se você vai para aquele lugar, é porque, verdadeiramente, você quer terra, você quer trabalhar, você quer produzir.

Eu lhe pergunto se tem a terra, se existe reforma agrária Por que a demora? Por que vocês demoram tanto para fazer alguma coisa para nós? O dinheiro tem. A terra da União está aí e eu pergunto: Quanto tempo mais nós vamos esperar? Quando eu ficar velha? Não precisa mais. Eu quero ver os meus sete filhos serem criados ali dentro, eu quero ver os meus netos ali dentro, eu preciso. Se eu estou lá me acabando debaixo do sol, é porque eu preciso.

Agora, raciocinam comigo, companheiras, com quarenta anos aqui dentro da cidade, você é velha para trabalhar e não te contratam mais, mas com quarenta anos, você é novo para aposentar. Como é que se faz uma situação dessas?

Eu conheci uma companheira - eu não vinha aqui, não ia falar nada - estava do lado dela, uma senhora de idade, de Vila Bela, não tem ninguém para representá-la, ela me disse que está com 56 anos e já tem um ano que está correndo atrás da sua aposentadoria, e tem quinze anos que ela está na zona rural. Não é com 55 anos que se aposenta numa zona rural, companheiros?

Agora, eu me pergunto: Por que está atrasada a aposentadoria dessa senhora? Ela não pode trabalhar, não arrumam emprego para ela, ela é obrigada a ficar debaixo de sol e de enxada?

Mesmo na zona rural, ela paga imposto. Uma caixa de fósforos que ela compra, está pagando seu imposto, por isso é um direito dela, meu e seu e não vamos deixar isso.

Hoje, companheirada, nós vamos sair daqui com uma definição certa, correta. Vamos ter que encaminhar, gente, porque nós não viemos de longe, eu acordei foi três horas da madrugada, andamos dois quilômetros a pé, debaixo de chuva, para poder pegar esse ônibus. Não é fácil, companheira, não é gostoso.

É muito bom estar aqui, estou muito contente de estar com vocês, porque eu gosto muito disso aqui, eu gosto muito do público, adoro o público, já trabalhei muito em política Mas só que, verdadeiramente, é difícil, porque você larga as coisas para traz, e você fica pensando: Será que vão ser reconhecidos os nossos valores, os nossos pedidos?

Hoje, nesta tarde, isto vai ser registrado e vai ser para sempre.

A questão da saúde, companheiras, eu sei que fica difícil colocar postos de saúde em cada acampamento ou assentamento. Mas, veja bem, no município mais próximo, no caso o meu, que seja Cáceres, que tenha condição de, por exemplo, se a gente for fazer um tratamento sério e demorado, que tenha uma casa e conforto para podermos esperar dois dias, três dias para fazer o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

exame. No ano passado, lá no acampamento, eu consegui fazer uma prevenção de útero, e este ano eu ainda não consegui, porque o transporte é muito difícil, tudo caro. Você vai lá, você tem que voltar no mesmo dia, voltar no outro dia, e daí a passagem quem vai colocar isso para nós? Educação, saúde, isso aí é prioridade. Isso aí não tem nem o que discutir. Eu acho uma vergonha você ter que discutir toda hora a mesma coisa, ficar batendo na tecla saúde/educação, saúde/educação. É prioridade, companheiros. Nós não vamos mais pedir. Hoje, nós vamos exigir. Muito obrigada. Se eu falei alguma bobagem... Mulheres, na luta pela reforma agrária que gera vida (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Essas são as mulheres ocupando o Parlamento Estadual e falando a verdade.

Agora eu convido a Sr^a Antônia Silva de Almeida, Assentamento Antônio Conselheiro de Tangará da Serra. E tem uma outra Antônia inscrita, que é a Antônia Santos Andrade. E o Sr. Adão já chegou aí? Ele também estava inscrito.

A SR^a ANTÔNIA SILVA DE ALMEIDA - Eu venho aqui cumprimentá-la através das nossas companheiras, Deputada Verinha Araújo, representando todas as mulheres que estão aí. O meu bom-dia para as companheiras e os companheiros.

Eu sou de Tangará da Serra, do Assentamento Antônio Conselheiro. Eu não tenho muito o que falar, eu tenho que cobrar. É uma cobrança que eu tenho aqui para fazer do nosso Governador que nas épocas das campanhas e depois de eleito esteve lá dentro do nosso Assentamento fazendo a campanha e prometeu um posto de saúde, um PSF, porque lá são mais de mil famílias, na área de Tangará da Serra são 600 famílias. Nós temos que andar para ir num postinho mixuruca que tem lá mais de 30 quilômetros a pé, porque ninguém às vezes tem dinheiro para pagar passagem. Como a Madalena disse, nós temos que ter estrutura dentro do nosso assentamento, nós, mulheres, para podermos sobreviver lá dentro.

Então, se não temos infra-estrutura na área de estrada, de tudo, de saúde e de educação, e os cursos que só vêm para beneficiar gente melhor de vida, então, como nós vamos sobreviver dentro nesse assentamento? E o nosso Governador esteve lá e prometeu nosso PSF na sede. Por que na sede? Porque na sede está a escola e todo mundo aproveita o ônibus da escola para ir ao médico. Certo. Então, o nosso PSF, ele prometeu. Esteve lá 500 vezes.

Eu trabalho na área de saúde. Sou agente comunitária de saúde. É só ir lá visitar e olhar. Como é que está? Vai bem? Não vira. Eu não quero ganhar esse bendito salário mínimo para fazer isso. Eu quero alguma coisa concreta dentro do Assentamento Antônio Conselheiro, porque só isso não basta. E a área de saúde em Tangará da Serra é péssima! É péssima mesmo! Lá não vale nada na área de saúde. Esta semana morreu um paciente meu... Então, como é que fica, chega lá, fica três dias lá esperando, aí vai lá interna e só vem a notícia quando já morreu. Aí, eu não quero isso para nenhum assentamento! Nós somos cidadãs brasileiras, nós temos direitos e nós queremos esse direito agora, já! Porque o nosso Presidente Lula nos deu esse direito e nós queremos, agora, saúde, educação, infra-estrutura. Nós queremos o posto de saúde, o PSF agora, no Assentamento Antônio Conselheiro! E é isso que eu vim falar e cobrar! (PALMAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos a Sr^a Antônia. Já está registrado aqui pela Sr^a Maria Helena, que está aqui representando a Secretaria Estadual de Saúde.

Com a palavra, a Sr^a Antônia Santos Andrade.

A SR^a ANTÔNIA SANTOS ANDRADE - Boa-tarde a todas as companheiras de luta e quero aqui parabenizar também a nossa Deputada, que nos deu esse direito de estar aqui dando o nosso recado, reivindicando os nossos direitos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Quero parabenizar a nossa amiga e companheira Tereza Rios, que alavanca essa luta e nós acompanhamos, verdadeiramente, porque queremos realmente trazer aqui dentro desta Casa de Leis a nossa luta.

Quero dizer para todas vocês, companheiras, que ainda somos vistas e hoje temos condições de estar na 1ª Marcha em Cuiabá e aqui eu não poderia deixar de dar o meu recado. Represento, hoje, Arenápolis, como Presidente de Sindicato, Arenápolis, Santo Afonso e Nova Marilândia. E ali naquele lugar temos sofrido bastante opressão dos fazendeiros, pessoas que se dizem donos de terra. E nós temos lá uma luta na Pompéia, em Santo André, que eu acho que é do conhecimento de todos, que temos projetos criados ali. E o Presidente do INCRA nos disse que se criássemos um projeto alternativo naquela área, ele faria com que desapropriassem essas propriedades. Hoje tem o representante do Sr. Leonel e quero que leve o nosso recado. Foi criado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que levou o SONIC, fez o nosso projeto que hoje se encontra no INCRA e no entanto não foi valorizado o nosso trabalho, do Sindicato das Trabalhadoras Rurais desse município e nem da Federação.

Eu quero aqui cobrar com bastante autoridade, sou mulher na verdade, mas estou executando um cargo que eu represento a sociedade carente. Aqui eu deixo o meu recado, Deputada, olhe para Arenápolis, que tem uma população bastante carente, que era um lugar de garimpo e que hoje nós temos lá dentro uma desapropriação de há muito tempo, da Fazenda Saudade. Ali naquele lugar, nós tivemos a vistoria e aquela vistoria não foi realizada da maneira que nós esperávamos e hoje nós estamos lá sofrendo com os mesmos trabalhadores na luta, querendo essa desapropriação. Estamos sem apoio do INCRA, mesmo a Federação nos ajudando, está sendo bastante difícil.

Quero aqui dizer a vocês que convidei o Prefeito da nossa cidade para ver a nossa luta e ele nos mandou um representante, o Sr. Manoel, Secretário da Prefeitura, que se encontra hoje aqui neste recinto, para ver a nossa luta, que é uma luta que é de verdade, não é uma luta de brincadeira. E nessa luta temos mais mulheres do que homens. Acredito que nesta Casa de Leis, hoje, deixando o nosso recado, podemos deixar, além da nossa pauta, esse recado que vocês podem olhar com mais amor para o nosso município.

Esse é o meu recado. Muito obrigada. (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Antônia.

Quero dizer, Antônia, que esta Audiência Pública está sendo realizada porque vocês reivindicaram. É um direito de vocês, este espaço é de vocês. O que eu fiz aqui foi apresentar algo que vocês solicitaram.

Portanto, não tem concessão, a nossa obrigação aqui é encaminhar nesta Casa aquilo que os trabalhadores reivindicam. Eu fui apenas uma porta-voz.

Então, na verdade a Audiência está sendo realizada porque eu fui procurada pela FETAGRI, pela companheira Terezinha, que é da Secretaria de Mulheres da FETAGRI para fazer este momento aqui. Estou realizando com muita alegria, porque os depoimentos são belíssimos, estão sendo registrados, vocês vão ter a cópia da fita para poder guardar isso nos anais da FETAGRI e também os desdobramentos das negociações.

A última inscrição é da Elaine Martins, Assistência Social da FETAGRI.

A SRª ELAINE MARTINS - Bom-dia a todos e a todas.

Quero estar parabenizando a Mesa em nome da professora Madalena, deixando claro que ela arrasou na fala.

Eu quero hoje aqui, eu sei que não seria o meu papel como assistente social da FETAGRI estar falando isso, mas eu quero deixar um agradecimento, porque muito das nossas companheiras não estão sabendo sobre este deste assunto. Quero deixar os nossos agradecimentos à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Deputada Verinha Araújo, ao Deputado Abicalil, à Senadora Serys, porque foram os únicos que responderam os ofícios que nós mandamos pedindo apoio para essa marcha. De todos os gabinetes que mandamos os ofícios, de toda esta Assembléia Legislativa, os únicos que responderam nos dando apoio foram esses.

Coloco os meus agradecimentos para eles, porque se hoje conseguimos alimentação, não foi por causa desses Deputados; se hoje estamos aqui presentes, se conseguimos ônibus, foi porque várias de nossas companheiras conseguiram ônibus com políticos dos municípios delas ou tiveram algum apoio, conseguiram pagar as próprias camisetas, não foi por causa de nenhum desses Deputados. Eu quero colocar bem claro quem nos ajudou aqui hoje e, no dia das eleições, isso vai ficar claro, que quem nos ajudou foram apenas eles. As mulheres estão sendo deixadas de lado. Para esses, nós não somos motivos suficientes para estarem nos ajudando, para estarem nos dando apoio.

Então, colocando nossos agradecimentos a eles e agradecendo a todas as companheiras e companheiros que estão presentes aqui hoje, porque aqui está bonito. Nós estamos fazendo uma reivindicação, isso está bonito por causa de vocês. Obrigada. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, gostaríamos de agradecer a Elaine pela fala.

E agora vamos passar à Mesa, vamos iniciar pelo Sr. Aréssio Paquer, para fazer os esclarecimentos que aqui foram indagados.

O SR. ARÉSSIO PAQUER - Eu quero iniciar aqui por uma alusão feita aqui pela professora, me desculpe professora, sobre aquela questão de que, às vezes, o técnico da EMPAER vai a uma propriedade, não está o marido e ele não fala com a mulher. Não estou aqui simplesmente para rebater isso aí, que nem faz razão, mas garanto para a senhora que desses dinossauros, eu acho que já estamos livres de todos, porque numa época realmente havia essa visão de que, inclusive, em algumas normas, era o tomador do crédito que tinha que assinar o laudo de visita. Era uma questão legal. E depois, há bastante tempo, pode ser tanto o tomador do crédito, ou a sua esposa, ou um filho que participa das lidas da propriedade. Então, eu não quero acreditar que tenha mais dessas pessoas e como há uma capacitação muito grande, uma conscientização, e hoje os princípios da assistência técnica e da extensão rural contemplam todas as questões de gênero, de etnia, e nós somos muitos vigilantes a isso, que nós não podemos permitir que essas pessoas que não tenham essa facilidade de lidar com todas essas questões estejam no campo. Mesmo porque ele não vai conseguir fazer o trabalho bem feito. Nós temos inclusive muitos técnicos contratos por comissão, que não são de carreira. Mas eles recebem um treinamento mínimo de dezessete dias, onde essas questões são colocadas, são treinadas por homens e mulheres e dentro de todas essas questões.

A questão de Feliz Natal é que foi falado que lá está atendendo o agronegócio. Eu acho muito difícil, mesmo porque os nossos técnicos são proibidos de atender grandes propriedades. Nós não atendemos mais médio e grandes produtores. Em alguns lugares nós atendemos alguns médios quando eles compõem uma associação, uma cooperativa ou quando eles contribuem para viabilizar um projeto. É muito difícil acontecer um caso, porque em algumas regiões mais remotas ainda, pode acontecer quando não tem assistência técnica privada na região. Hoje nós, inclusive, estamos ofertando capacitação para técnicos que queiram montar empresas ou queiram participar de assistência técnica e extensão rural da iniciativa privada, tendo em vista que o Estado sozinho não dá conta de fazer isso aí, não tem como investir mais do que está nesse momento. Na questão do Sadia II não tem dúvida de que tudo que nós vimos neste país, não é só no meio rural, nós não temos agilidade prevista, mas nós temos um trabalho lá, inclusive, na questão das mulheres, muito bem feito, da assistência técnica. E logicamente, quando falamos da assistência técnica, não é o técnico

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

que vai lá fazer nada, nós somos promotores, principalmente de organização. Quando fazemos alguma coisa, nós buscamos conhecimento de alguma área específica e trabalhamos mais, especificamente, quando é assistência técnica, dentro do projeto. Nós não fazemos capacitação aleatória. Por exemplo, o SENAR tem uma característica em que o grupo que quer uma capacitação é feito, nós fazemos dentro do projeto.

Então, tem essas características que têm que ser vista a particularidade no caso da EMPAER.

A questão do Mazargão, nós vamos levar essa questão da casa própria que deve estar sendo feita dentro de um projeto, e outros estão aguardando a sua vez....

Em Várzea Grande, foi falado aqui do PA de lá, parece-me que, pelo jeito, é o Capão das Antas, e esse assentamento é atendido por uma empresa privada. Nós temos lá, inclusive, um sítio padrão do Vida Nova. Numa das propriedades, fizemos já vários dias de campo, nesse assentamento como extensão rural, mas lá não é responsabilidade da EMPAER dar assistência técnica, nós trabalhamos com extensão.

O pessoal de Acorizal, eu diria, foi citado aqui que lá é um trem, que eu não saberia definir qual é a idéia que a pessoa deu. Mas em Acorizal nós estamos fazendo um trabalho muito importante. Eu garanto para vocês que, em Acorizal, naquilo que está sendo atendido, está dando resultados hoje. Inclusive, nós estamos, neste momento, aguardando o resultado de um projeto bastante importante lá da Rede de Economia Solidária do Governo, que foi feito com várias entidades, talvez algumas aqui até presentes.

O Antônio Conselheiro, a questão do PSF - e aí vocês me desculpem se estou errado - é uma questão que eu acho que é municipal, talvez o Governo tenha participação, mas o Antônio Conselheiro é um Assentamento muito grande, não é da responsabilidade da EMPAER, mas nós fazemos um trabalho lá dentro, nós já tivemos até alguns probleminhas legais por isso, porque o Governo tem dinheiro para aplicar em locais determinados, por questão de responsabilidade fiscal, mas lá, por exemplo, é um lugar onde o Governador tem atendido muito bem aquela região, e é um lugar que nós estamos fazendo, inclusive, com algumas dificuldades de legalizar com o INCRA alguns assentados que são pessoas que compraram lotes e que nós, sem no momento prestar atenção nisso, implantamos vários projetos de abacaxi e mandioca. Estão todos canalizados, um grande projeto de abacaxi para uma indústria que está sendo instalada lá naquela região. É um projeto que está tendo um grande atendimento.

Então, essa questão do PSF eu vou levar ao conhecimento da área de saúde e vou falar com o Prefeito de Tangará da Serra. Às vezes é uma questão que nós possamos atender. E eu também acho que num local onde há poucos dias está sendo viabilizado um resfriadoiro, onde estivemos numa reunião, que é também na escola. E com o Governador eu estive uma vez. Não sei se ele foi outra vez lá, mas nessa vez eu não o vi prometer isso. De qualquer maneira as questões aqui, algumas questões, nós vamos ver a questão de Félix Natal.

E dizer o seguinte: que a EMPAER não é nenhuma empresa de excelência que vá atender todos os pequenos produtores, que são ao todo de 142 mil em Mato Grosso e temos capacidade para atender aproximadamente de 55 a 60.

Nós estamos mudando a metodologia de atendimento principalmente grupal, nós vamos ter uma capacidade maior, mas ainda não vai atender a todos. Mas nós temos toda a boa vontade para procurar atender-los da melhor forma possível. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Pedir as companheiras para aguardar, porque nós já estamos finalizando aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Agora, a Sandra. São três minutos para a conclusão final. Depois a Maria Helena, o Sávio, a Carmem e a Tereza. Somente esses que vão falar aqui a Mesa.

A SR^a SANDRA HELENA MARTINS - Eu queria informar a Beatriz lá da Comunidade Marzagão que na região de Rosário Oeste está sendo construída em torno de 800 e poucas casas; 500 e poucas estão em fase de finalização. E está tendo uma equipe entre sindicato, prefeitura, conselho municipal para estarem identificando novas famílias a serem beneficiadas. Então, o recurso vai ser aplicado no município. E nós priorizamos famílias que estão que moram em casas de pau a pique com mais necessidade. Então, estamos atendendo a primeira necessidade. Esse recurso é federal e estadual.

E informar também a Madalena que essa é a segunda revista que está saindo pelo órgão, Programa Nossa Terra, Nossa Gente, onde nós colocamos e pretendemos fazer futuramente uma matéria com as mulheres. Porque no campo, na realidade, nós priorizamos bastante a mulher, damos valor bastante mulher, por isso nós já começamos o Curso Ensinando e Aprendendo, porque vamos ensinando e vamos aprendendo do que elas necessitam.

E, para finalizar, eu acho que isso é um ganho a todos que vou passar agora. Juntar a comissão de vocês e ver onde vai priorizar, vamos ver de que forma... Mas nós vamos, a partir de hoje estar sentando para lançar a 1^a Vila Rural para as Mulheres.

Então, a 1^a Vila Rural só direcionada para as mulheres. Então, nós vamos sentar com vocês para ver onde e como as famílias podem fazer uma Vila Rural, onde nos preocupamos com a saúde, com a educação, com a distância e tudo isso nós vamos ver.

Então, estamos lançando aqui a 1^a Vila Rural para as Mulheres (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois elas vão sentar com você, para ver se realmente elas querem uma só para elas ou querem estar junto com os companheiros nas vilas que estão sendo implantadas. Aí vocês vão discutir depois. De repente, elas não querem uma vila só delas. Nós queremos os companheiros junto com conosco também.

Com a palavra, a Sr^a Maria Helena, da área técnica da Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde.

A SR^a MARIA HELENA - Tem duas coisas que eu gostaria de estar colocando: Primeiro, é sobre a Pauta de reivindicações, onde vocês colocam que gostariam da implantação de Postos num raio de 400 famílias. Eu gostaria que vocês retificassem e colocassem 300 famílias, porque isso a Portaria já prevê. O que precisamos é nos fortalecer para que a Portaria aconteça como nós queremos. A legislação já existe! Ter legislação é um passo e nós precisamos fazer dessa legislação um acontecimento concreto. E isso depende de muitas forças acumuladas.

Então, outra coisa é com relação à Dona Antônia. A reivindicação da Dona Antônia, sobre o Assentamento Antônio Conselheiro é extremamente pertinente, porque a legislação, a Portaria nº 102 coloca que é preciso ter mais de 300 famílias e lá no Assentamento Antônio Conselheiro tem; precisa ter o projeto implantado e lá tem. Então, o próximo passo é o posto de saúde. Só que como eu coloquei para vocês, na hierarquia e na autonomia de gestão, o município tem que ter interesse desse posto de saúde, porque o Estado entraria com a infra-estrutura e o município entra com os recursos humanos. E aí, então, isso tem que começar a ser discutido na Regional, junto com o município. As instâncias de pactuação dentro da região, dentro da região, dentro da Comissão Intergestora Regional, a gente precisa puxar essa discussão.

Enquanto técnica da Saúde, comprometo-me. Terça-feira estou indo para Tangará da Serra, numa reunião com o escritório regional de saúde com o Município para discutir ações voltadas para o Programa de DST-AIDS, e o Ministério da Saúde, e colocar na pauta de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

reivindicação e de discussões essa solicitação que a dona Antônia fez nesta Plenária. Então, eram duas coisas que ficaram mais pertinentes à saúde.

Com relação à fala da companheira, que educação e saúde têm que ser prioridade, sim, porque a gente tem que lutar pela vida e a vida depende dessas duas políticas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Dona Antônia, terça-feira, em Tangará, vai ter a reunião, a Maria Helena estará lá. A senhora já vê o local para a senhora ir lá com o grupo da comunidade para fincar o pé nessa demanda e nessa resposta, porque a senhora quer para já e tem que ser para já. Então, terça-feira mobilize o povo lá do Assentamento Antônio Conselheiro. (PALMAS)

Com a palavra, o Sr. Sávio Moreira, vai falar pelo INCRA. Vamos lá, Sávio, três minutos, bem objetivo. Faltam só duas pessoas para encerrar.

O SR. SÁVIO MOREIRA - Primeiro, gostaria de concordar aqui, Deputada, trabalhadoras e trabalhadores rurais aqui, em número, gênero e grau com os questionamentos que foram colocados inteiramente justificável. Porém, nós do INCRA, temos o reconhecimento de não termos as pernas realmente. Como eu falei no início da minha fala, se a gente pegar os últimos dez anos e os últimos três anos, nós vamos perceber que teve uma ascendência, no entanto, temos que responder algumas questões práticas que foram colocadas aqui, Deputada, com relação à questão de um programa que pense melhor a questão dos acampados e acampadas colocado pelo companheiro Manoel, da FETAGRI. Exatamente, eu acho que precisa porque existe o Programa Fome Zero que pensa nesse campo, mas muito no campo alimentar. Acho que precisa realmente buscar alguma coisa que pense mais no campo estrutural desses acampamentos. Isso a gente precisa apenas deixar claro que é uma conjuntura maior, acho que temos que buscar isso em nível de Congresso Nacional, junto ao Governo Federal, e aí nós reconhecemos realmente isso.

Em relação à questão colocada pela companheira de Cáceres, eu não consegui anotar o nome dela, sobre as informações dos processos do INCRA... Eu não falei no início da minha fala por que hoje estou na Superintendência. Na verdade, sou chefe de uma unidade avançada do INCRA no Município de Pontes de Lacerda e estou hoje fazendo uma assessoria especial no gabinete do Superintendente Leonel, até no sentido de otimizarmos essa questão das pautas. E nós estamos, depois da minha vinda para cá, Deputada, nós estamos pegando por movimentos e otimizando essas pautas. E nós estamos chamando isso de fazer o controle social disso. Sentar com os movimentos, negociar as pautas e, depois, a comissão do próprio movimento nos ajudar a monitorar isso.

Nós já começamos a fazer isso. Já sentamos com a FETAGRI através de dois pólos sindicais. Temos uma pauta da FETAGRI e deveremos sentar nos próximos dias para definir seminários nas outras regiões onde ainda não aconteceram, para fazermos as primeiras discussões com relações às pautas, e a partir daí as comissões dessas regiões vão estar ajudando a monitorar a tramitação desses processos dentro da Superintendência ou dentro da unidade avançada onde eles estiverem.

Mas ainda gostaria de dizer que se é um caso específico, se foi negada alguma informação, que faça isso por escrito, porque realmente não pode, é uma questão pública. O processo é público, por isso têm que ser dadas a qualquer momento em que forem pedidas as informações referentes a esses processos.

Com relação a terras da União, muito bem colocada, nós precisamos, trabalhadoras e trabalhadores que estão aqui presentes, dizer que realmente isso é um desafio. Eu acho que esse é um desafio de vocês que estão aqui hoje, e que foi, desde do início da gestão do Superintendente Leonel, o desafio para o INCRA também. Leonel entrou no INCRA declarando que a terra pública a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

partir de agora para o INCRA deveria ser para assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais. No entanto nós temos enfrentado muito conservadorismo por parte da justiça e aí tem uma coisa interessante que nós devemos falar aqui, se são trabalhadores e trabalhadoras rurais que ocupam uma área, seja ela de terceiro, é fácil fazendeiro entrar com reintegração de posse. E aí, de repente, vai lá, despeja os trabalhadores como temos visto acontecer.

Agora, o INCRA tem tentado, nos últimos dois anos, Deputada, tirar pessoas ilegalmente ocupando terras da União. Infelizmente, nós temos enfrentado um conservadorismo muito grande por parte da justiça.

É bom saber que esse movimento também vai fazer uma demanda junto à justiça aqui. Nesse sentido, eu quero colocar que o desafio é de todos nós.

Não sei se Vossa Excelência está sabendo, Deputada Verinha Araújo, mas está havendo no interior do Estado uma série de audiências públicas relacionadas à questão de terras da União e faixas de fronteira, envolvendo, inclusive, esta Casa, Deputada Verinha Araújo.

E nós, sim, temos algum sentimento, porque tem membros desta Casa, muitas vezes, envolvido nessas audiências, às vezes, até defendendo fazendeiros que estão ocupando terras ilegais, que estão ocupando terras da União, como é o fato claro do pessoal da região da grande Cáceres, por exemplo, que tem passado por uma série de audiências públicas nos últimos dias, no Município de Pontes e Lacerda... Parece-me que ontem teve uma no Município de Porto Esperidião, exatamente organizando a questão dos produtores rurais, dos fazendeiros quanto à questão das reservas indígenas, quanto à questão da retomada das terras públicas ali naquela região.

Para finalizar, quero dizer que somos favoráveis a esse contraditório dos companheiros e companheiras vir aqui fazer a crítica, tanto é que estamos apoiando esse movimento, estruturalmente, aqui, Deputada Verinha Araújo. Tem companheiros que o INCRA subsidiou a chegada até aqui, e é por isso que nós acreditamos e queremos, realmente, que os trabalhadores estejam cada dia mais organizados para fortalecer as instituições e cobrar do Poder público realmente política pública que faça acontecer a reforma agrária neste Estado. E ainda melhor, que isso aconteça com equidade de gênero, que é o que temos pregado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Sávio.

Agora, a Carmem Helena Ferreira, Coordenadora Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

A SR^a CARMEM HELENA FERREIRA - Mesmo sendo pequeninha, mas dá para eu ver.

Eu queira aqui, neste momento, não ser cansativa, porque eu sei que está na hora do almoço, expressar a satisfação e a felicidade do que eu ouvi aqui no que diz respeito às mulheres trabalhadoras rurais sujeitas do seu próprio destino.

Virem até aqui a esta Assembléia Legislativa colocar a sua realidade e cobrar, porque eu acho que tem um grau nas falas das companheiras aqui, um grau de consciência enorme do papel de cada uma delas nos assentamentos, do papel de cada uma delas no sindicato, do papel delas enquanto cidadãs vindo até aqui, está muito claro. Mas virem até aqui cobrar o papel do Estado é extremamente importante e me deixa, enquanto trabalhadora rural, dirigente da CONTAG, muito feliz por saber que neste País as mulheres estão se levantando, enquanto sujeitas do seu próprio destino e fazendo luta neste País.

Este é um registro que eu quero fazer e dizer que enquanto responsabilidade, que nós, da CONTAG, eu que sou trabalhadora rural do Município de Garapemirim do Estado do Pará, que estou à frente de uma organização importante como a CONTAG e que temos uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

responsabilidade nacional com essa luta, saio daqui muito mais fortalecida para conduzir a luta do conjunto das mulheres (PALMAS).

Nós temos cada dia mais que cobrar mesmo no lugar onde estivermos, no município, na comunidade, o papel do Estado na construção de um mundo mais igual, onde não tenhamos que entrar na Assembléia Legislativa para dizer que ainda existem desigualdades, que as políticas públicas precisam garantir a transversalidade de gênero. Isso é fundamental para a nossa proposta.

E depois, para dizer que é importante sairmos daqui com uma comissão representativa das trabalhadoras rurais e com quem nós possamos contar na Assembléia Legislativa, porque me parece que não é um desejo do conjunto desta Casa ainda que se tenha um processo onde não tenhamos mais desigualdades no campo.

Então, vamos contar com quem podemos contar e possamos construir um processo de negociação desta Pauta, palmo a palmo, para que possamos ter conquistas daqui a algum dia para celebrarmos juntas a conquista da luta das companheiras.

Um abraço a todas as companheiras, muita luz, muita energia! Nós estamos juntas nessa luta na construção de desigualdade que existe no campo brasileiro. E quero dizer à companheira que se expressou aqui, da Universidade, a companheira Madalena, que eu achei muito importante ter uma fala da Universidade, numa fala muito calorosa, muito importante, no que diz respeito a chamar a atenção de que compreendam o que é a nossa luta. Mas acho que é muito importante e fico muito feliz que a Universidade, você e outros, a instituição possam vir para junto de nós nessa luta, e nós temos muita coisa a fazer. A Universidade precisa ser um instrumento de construção de política da transversalidade política de igualdade no campo, porque é bom demais saber que tem pessoas do porte da Madalena aqui, mas é muito bom saber que nós temos que produzir, sair da Universidade pessoas comprometidas com esse projeto.

Um abraço a todas e vamos à luta! (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos a Sr^a Carmem.

Queremos anunciar a presença de um valor nosso, do Estado de Mato Grosso, que é o Manoel A. Costa, de Várzea Grande, que é pugilista, campeão do Centro-Oeste e que deu uma passada aqui. Ele está indo para Salvador disputar o Tri-Campeonato Brasileiro Amador de Boxe.

Espero que você tenha sucesso em Salvador! Tem o apoio desta Casa, da Assembléia Legislativa a sua ida!

E quero dizer também à colega Carmem, companheira, que muitos colegas Parlamentares não estão aqui, mas neste plenário, nesta Casa, nós temos muitos aliados. E pode ter certeza de que tudo que foi tratado aqui, hoje, nós traremos ao plenário, na terça-feira, para que formemos uma grande aliança de Parlamentares Estaduais em favor das mulheres trabalhadoras rurais. Esse vai ser o nosso papel. Está bem? Para, na verdade, comprometer mais Parlamentares Estaduais.

Então, para encerrar, com a palavra, a companheira Tereza Rios Pedroso, da Secretaria da Mulher, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso.

Ela começou e está encerrando.

A SR^a TEREZA RIOS PEDROSO - Obrigada, Deputada Verinha Araújo, por esta oportunidade.

Este momento é histórico, mas ele é verdadeiro; ele é verdadeiro porque essas mulheres... (PALMAS)... querem um país mais justo, mas é preciso termos consciência de que precisamos sair daqui com a Comissão para que possamos discutir essa pauta, porque em outros momentos já nos prometeram, em outras secretarias, em outros lugares que estivemos, e, na verdade,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

quando termina, a coisa não anda. É preciso que todas as companheiras que aqui estão saiam daqui conscientes de que nós vamos ficar negociando e que temos uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais que estão aqui... Levantem a mão, levantem para que a gente possa identificá-las: Dona Luzia, a companheira aqui de Cáceres, de Campo Novo, a companheira lá de Tangará da Serra, o pessoal do Araguaia. Talvez nós vamos nos perder de tantas companheiras que estão aí nas regiões, articulando nas regiões, trabalhando para que possamos de fato fazer isso acontecer na prática, porque a nossa realidade é cruel. Ela é cruel quando a gente encontra mulheres ainda na área rural, com número muito alto de analfabetismo, um número muito alto sem renda, um número muito alto sem educação e sem saúde para seus filhos e toda a sua família.

Portanto, eu gostaria que a Deputada Verinha Araújo - e eu tenho certeza de que ela já está fazendo isso, desde o momento que eu entreguei essa proposta de luta das mulheres ela abraçou essa causa e nós tivemos esta oportunidade.

Eu não posso esquecer aqui de agradecer o apoio do FACUAL, o Fundo, a SEDER, através do companheiro Gilson, que nos deu apoio, a Secretaria Municipal de Esportes, onde nós estamos concentrados, lá no Verdinho.

Agradecer todos e todas que colaboraram com a nossa vinda para cá e quero parabenizar cada uma que volta, cada uma que está aqui. Em especial porque elas deram um pouco de si lá em seu município para que pudessem estar aqui. Não só lá, mas dentro de sua própria casa. Que nós sabemos o quanto é difícil sair de casa, o quanto é difícil deixar família, os filhos, para vir aqui reivindicar, vir aqui lutar.

Deputada, nós temos audiência com o Governador, que ainda não foi confirmada, provavelmente não será por causa de outras audiências, e gostaria que aqui pudéssemos, a comissão estadual de mulheres trabalhadoras rurais, juntamente com esta Casa, ter um dia marcado para voltarmos e o Governador pudesse dar uma resposta desta pauta, isso é importante para nós (PALMAS).

Nós não podemos sair daqui e voltar para nossas casas sem deixar isso andando, caminhando. Que esta Casa, através da Deputada Verinha Araújo, possa ser esse elo, essa embaixadora, que possamos chamar que foi aqui.

Eu quero agradecer a cada companheira, a cada companheiro, deixar essa proposta aqui e dizer que esta pauta torna hoje na história de Mato Grosso o que essas mulheres trabalhadoras rurais, parte desta pauta, porque nós temos muitas e muitas reivindicações que, quando foram colocadas aqui, nem todas puderam estar aqui, o tempo é curto, mas que esta pauta seja o começo de uma mudança neste Estado de Mato Grosso para a agricultura familiar, para as assalariadas rurais, para as acampadas e para todas as professoras deste Estado e para toda a juventude. (PALMAS).

Meu muito obrigada. E vamos continuar hoje a marcha com alegria, com firmeza para que possamos fazer história neste país, porque são as mulheres que vão mudar este mundo, são as mulheres que vão mudar este Estado para que agricultura familiar, a população da área rural, tenha sucesso e tenha riqueza.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Tereza, obrigada todas as companheiras e companheiros que ficaram até agora, que estão pelos corredores da Assembléia, nos auditores.

Antes de encerrar, eu quero agradecer a todas e todos que estiveram nesta Mesa conosco, fazendo esse debate, acolhendo a pauta de reivindicações: a Terezinha, a Carmem, a Maria Helena, o Sávio, o Gilson, o Deputado Abicalil, o Olimpio, a Dolores, a Tânia Regina, a Professora Madalena, a Gislaíne, a Maria Aparecida Côrtes, o Aréssio Paquer e a Sandra Helena; agradecer a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 25
DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Assessoria da Casa, aos funcionários e funcionárias que estiveram conosco até este momento sem almoçar também e que nos acompanham.

Gostaria de dizer a vocês que o dia prossegue e que estaremos juntos e já o meu compromisso de, na terça-feira, apresentar aqui a proposição da instalação da Câmara Setorial para discutir a pauta de reivindicação das mulheres trabalhadoras do campo. E aí nós estaremos colhendo a pauta, convocando os interlocutores do Governo do Estado, do Governo Federal, para dialogar e responder a tudo aquilo que vocês trouxeram nesta manhã, porque vocês são as nossas margaridas, são as nossas flores. Vocês mulheres, mães, que, com certeza, muitas não dormiram essa noite, acordaram de madrugada, já Cuiabá as acolheu com chuva, uma chuva gostosa, que estávamos esperando há muitos dias e que vai ser muito bom para o nosso clima, para nossas filhas e filhos, para o nosso povo.

Muito obrigada! Vão com Deus e a luta continua sempre! Parabéns as mulheres trabalhadoras rurais!

E vamos encerrar com o vídeo que vocês trouxeram hoje pela manhã aqui.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(EXIBIÇÃO DE VIDEO)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão.